



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 22/10/2009, sob a coordenação de Helena Magozo, realizou-se a 118ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 117ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do Dia:

1. Apresentação do **Plano Diretor Estratégico de São Paulo: Desafios Propostos** pela Arquiteta Urbanista Lucila Lacrete – Movimento Defesa São Paulo
2. Discussão e votação do relatório final da **Comissão Especial para Formulação de 12 Ações Estratégicas para a Redução das Emissões Antrópicas e Melhora da Qualidade de Vida**, pelo presidente José Carlos Andersen.
3. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Ata da 117ª Reunião Plenária Ordinária do CADES (encaminharemos posteriormente)
- Relatório Final Comissão Especial para Formulação de 12 Ações Estratégicas para a Redução das Emissões Antrópicas e Melhora da Qualidade de Vida e Minuta de Resolução.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável - CADES



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Coordenadora Helena Magozo: Bom dia a todos e a todas. Vamos iniciar a sessão. Nós estamos ainda impossibilitados da votação da ata, porque falta um conselheiro para o quórum. Vamos passar para sugestão de inclusão na pauta dessa reunião. Alguma sugestão de inclusão? Eu tenho uma inclusão de informação, que é sobre o processo de constituição do Cades para o novo biênio 2010/2011. Encerramos o processo de eleição das ONGs nas 10 macro- regiões de São Paulo e nós estamos no processo de recebimento das indicações dos representantes como previsto na lei que criou o Cades. Então, concluindo-se esse momento da indicação das representações estaremos divulgando a nova constituição do Cades, para o biênio 2010/2011. Nós temos uma série de informações que eu gostaria de avisar aos conselheiros, que são agendamentos, uma série de agendamentos, em que é muito importante a participação dos conselheiros e nós contamos também com a divulgação dos conselheiros para esses eventos. No dia 28/10 temos a Audiência Pública do Vale do Anhangabaú, é a Segunda Audiência Pública do Vale do Anhangabaú, às 18 horas, nós temos o local, foi publicado em jornais, para qualquer informação adicional nós estamos às ordens no DPP. No dia 04/11 haverá Audiência Pública da Chucri Zaidan, do empreendimento e no dia 23/11 a Audiência Pública da Roberto Marinho. No dia 26/10, às 9 horas, está aberta a possibilidade de participação de todos os conselheiros, é na próxima segunda-feira, no 11º andar da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, é importante vocês saberem, vai haver uma apresentação de SIURB para os conselheiros da Câmara Técnica do Cades, do EIA-RIMA da Chucri Zaidan e Roberto Marinho, então os conselheiros, mesmo não fazendo parte da Câmara Técnica, que tenham interesse em conhecer esse empreendimento, serão muito bem-vindos. E avisar também, que na próxima Reunião Ordinária do Cades, dia 19/11, nós estaremos discutindo o Relatório do EIA-RIMA do Aeroporto de Congonhas, então é muito importante uma participação ativa dos conselheiros e da platéia para esse assunto. Eu queria justificar hoje, a ausência do Secretário Eduardo Jorge, ele está representando o prefeito em um evento fora de São Paulo e não pode estar aqui, nós contamos aqui com a presença da Nilza Toledo que é Diretora do Departamento de Urbanismo da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, que tem relação, pertinência com o tema que iremos trabalhar hoje. Agora, vamos para votação da Ata da 117ª Reunião Plenária Ordinária do Cades. Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação da ata permaneçam como estão. Então a **Ata da 117ª Reunião Plenária Ordinária do CADES foi aprovada por unanimidade**. Vamos para a Ordem do Dia, só queria contextualizar um pouco, antes de chamar a Lucila para apresentação, o sentido da presença da Lucila, porque o tema que vai ser tratado é super importante para a cidade de São e transcende a nós, o que estaremos fazendo aqui hoje, que é tratá-lo em relação à formulação das 12 Ações Estratégicas para a Redução das Emissões Antrópicas e Melhora da Qualidade de Vida. Achamos uma oportunidade super importante para termos os vários olhares, várias posições sobre a questão, mas não podemos perder o foco. A Ros Mari, representante do Defenda São Paulo, na última reunião, propôs que houvesse uma menção à questão no documento, tratando-se da questão da contenção da verticalização dentro das medidas do Combate à Poluição Atmosférica. A Alejandra havia apresentado a questão e o conceito da proposta de Cidade Compacta, que aparece na Política Municipal das Mudanças Climáticas e então os conselheiros entenderam e eu também entendi assim, que era importante que nós tivéssemos uma discussão dos dois lados, tanto da questão da cidade compacta que a secretaria começa a discutir mais ativamente, como da questão de um outro posicionamento, de uma outra possibilidade que o Defenda nos traria e eu abri essa possibilidade para todos os setores aqui representados e o Defenda se manifestou, confirmou o interesse em estar tratando desse tema, então só para nós organizarmos, a Lucila, representando o Movimento Defenda São Paulo, vai fazer uma apresentação do "Plano Diretor Estratégico de São Paulo: Desafios e Propostas". E a questão que a Ros Mari colocou está incluída nesta apresentação. Peço que em seguida, a Alejandra, só para podermos votar com bastante consciência, faça um resumo, não outra apresentação porque ela já fez uma apresentação na última reunião, um resumo do que ela apresentou do tema Cidade Compacta. O José Carlos pela Comissão Especial não vai ler de novo o relatório, só vai apresentar as propostas para daí irmos para a votação da inclusão ou não do que está



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

proposto e encaminhamento das ações. Essa discussão continua, o Secretário reiterou a importância e que em outro momento o Secretário Bucalem possa estar aqui continuando essa discussão, assim como o vereador Netinho, da Comissão de Política Urbana. Lucila, eu pediria que você viesse aqui para frente. A Lucila está representando o Movimento Defenda São Paulo e vai fazer uma apresentação do “Plano Diretor Estratégico de São Paulo: Desafios e Propostas”. A Lucila é arquiteta urbanista.

“Apresentação: Plano Diretor Estratégico de São Paulo: Desafios e Propostas.”

Lucila Lacreta: Muito bom dia a todos é um prazer enorme estar aqui nesse conselho tão importante para a cidade e eu vou direto ao ponto. Eu gostaria de esclarecer que esse vídeo ele foi produzido para informar os moradores dos bairros, as associações que fazem parte do Movimento Defenda São Paulo, de quais são as propostas do Plano Diretor, tanto o vigente, que é a lei 13.430/2002 quanto do PL, o projeto de lei, 671 de 2007. O começo tem uma série de slides que eu vou passar mais rápido porque esse é um assunto já bastante conhecido dos senhores conselheiros e que dispensa maiores detalhamentos e eu vou me fixar então na questão das propostas do Plano Diretor em si. Bom, a terra em 2008 é povoada por 6.700.000.000 de habitantes, nós temos no Brasil 190.000.000 de habitantes. Esse dado é da população mundial que vive nas maiores cidades do mundo, é um dado crescente. Nós teremos nos próximos 50 anos um aumento significativo de população urbana, tanto que é necessário que as nossas cidades tenham um planejamento muito firme para conter esse grande espectro populacional. Atualmente a população global é de 6 bilhões e meio, em 2050, nós teremos 9.000.000.000 de pessoas vivendo no nosso planeta, nós teremos então uma maior concentração urbana. Essa foto é a mancha urbana da cidade de São Paulo, envolta pelo cinturão verde que tem um papel ambiental significativo, cinturão este que deve ser conservado. Esse cinturão regula o clima, regula a produção de água e seqüestra poluentes. Aqui nós temos uma foto da cidade de São Paulo e o que nós notamos hoje como diagnóstico é que o planejamento nas últimas décadas tem sido equivocado. Se nota na cidade um enorme desmatamento, em bairros com quase nenhuma vegetação, a impermeabilização crescente da cidade, uma verticalização predatória, emissão de poluentes sem controle ainda, enormes áreas contaminadas onde se pretende organizar e como é que nós vamos enfrentar esses problemas? Um dos maiores problemas que nós temos hoje é o desmatamento e a impermeabilização da cidade, para se ter uma idéia, o distrito da República tem 98,5% de área impermeável, a Bela Vista tem 94,2%, as áreas mais periféricas, Cidade Adhemar, Itaim Paulista e Sapopemba 80%, essa questão da impermeabilização ela deveria estar contida no Plano Diretor como uma das políticas maiores e metas a serem perseguidas de forma contundente. A cidade de São Paulo tem poucos parques e áreas verdes, louvamos a atitude da Secretaria do Verde e Meio Ambiente de implantação de vários parques lineares,mas ainda não é o suficiente, nós temos um pouco mais de 29 Km² de áreas verdes que são insuficientes para refrigerar a metrópole e para termos um bom equilíbrio ambiental. Nós temos a muralha de concreto envoltória das áreas de bairros residenciais, bairros esses que hoje tem um papel ambiental preponderante porque eles equilibram essa disfunção da verticalização e da excessiva impermeabilização da cidade. A nossa preocupação enorme é em relação as ilhas de calor urbana que fazem com que a nossa cidade tenha 27 microclimas diferentes e isso é bastante dado pela universidade São Paulo e que essas ilhas de calor estão interferindo no regime hídrico da metrópole e chove muito mais na área urbana do que nas áreas periféricas, em decorrência dessa enorme diferença de temperatura. Também temos a questão da perda contínua da capacidade de produção da água, o assoreamento constante do nosso solo, a concentração da poluição por esgotos no período de estiagem e o aumento da carga difusa com a maior presença das cidades nas áreas de mananciais. E isso são questões que deveriam ser enfrentadas com mais contundência no Plano Diretor. Temos a questão já clássica da nossa poluição ambiental, gerada pelos veículos



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

automotores. Outro problema importantíssimo, é que pese que o Plano Diretor de 2002 estabeleceu como meta para 2003 a elaboração e a apresentação de Plano de Habitação e Transporte, até hoje esses planos não foram feitos para a cidade de São Paulo e nem discutido, enfim não se sabe qual é a política habitacional da cidade de São Paulo para controlar e reverter a tremenda explosão social dos nossos habitantes, do segmento de baixa renda. A questão de transporte, como já falei, não há uma política concreta de transportes e mobilidade urbana, que vem se deteriorando a cada dia, inclusive a questão de transporte em que pese o forte designação de verbas estaduais e municipais para isso tem mas não se sabe quais são as reais metas da cidade de São Paulo, dentro inclusive da região metropolitana. Nós temos ausência de um plano diretor de drenagem urbana, o nosso município como se vê ele é rico em rios e ribeirões, a hidrologia do município é bastante significativa, mas o uso do solo não está atrelado a questão da preservação de várzeas, ao contrário, as várzeas vem sendo contundentemente ocupadas e de uma forma agravar esse problema da drenagem municipal e o que nós entendemos é que exista um Plano Diretor de Drenagem Urbana, adequação do Plano Diretor a política do estado de São Paulo, indicação dessas a serem protegidas como reserva que contenham restrições a ocupação de áreas inundáveis, ocupação faces ao estudo das bacias hidrográficas, isso deveria estar contemplado no plano diretor, determinadas bacias, que conhecemos bastante bem, não podem ter mais uma ocupação generalizada como vem ocorrendo hoje, como se elas não existissem, ignorar as bacias nós entendemos que é um erro ambiental gravíssimo e de quase impossível correção. Limitar o uso do solo em função dessas condicionantes e garantir a permeabilidade dos lotes recuperando rios e córregos e com o objetivo de controlar também a poluição difusa. Nós temos nesse mapa as áreas de várzeas da cidade de São Paulo, a várzea do rio Tietê, do Tamanduateí, do Pinheiros, enfim, o uso do solo deveria levar em conta essa questão das várzeas, onde se tem várzea tem que se construir menos ou não se construir, e onde não tem então que poderia ter um avanço maior nas áreas edificáveis. Nós gostaríamos de apontar... Esse é um mapa do Plano Diretor de 2002 onde estão as operações urbanas, não sei se dá para distinguir bem, mas onde está o marrom mais claro são as operações urbanas em vigor, a da Água Branca, a da área Central, Faria Lima, Água Espraiada e aqui a Jacu-Pêssego. E na área amarela são as futuras operações urbanas propostas. No projeto de lei 671, essas áreas de operações urbanas foram bastante aumentadas, como vamos ver nos próximos slides, e podemos comparar com o slide anterior que operações urbanas onde se constrói maciçamente elas estão instalada praticamente em áreas de várzeas, então justamente o que não deveria acontecer está acontecendo de forma muito mais contundente, as nossas várzeas são objetos de áreas de operações urbanas e sem o cuidado ambiental que elas deveriam supor que existisse. O Plano Diretor que nós gostaríamos, a cidade que nós gostaríamos de ter é observado o clima urbano, as áreas de calor, a verticalização intensa combinadas com as áreas de proteção ambiental, combinadas com as áreas de várzeas, combinadas com as áreas de cobertura vegetal nas áreas amarelas onde nós estamos perdendo cobertura vegetal, nas áreas onde tem clima, fauna e flora importante, combinado com as áreas de alagamento obedecidas a micro e macro drenagem urbana, aí sim teríamos onde poderíamos construir mais ou menos, nós temos que obedecer o sítio urbano, a área geomorfológica, a hidrologia das cidades para gerar uma cidade saudável, o que nós estamos fazendo é justamente ao contrário a ocupação da cidade está sendo feita por onde interessa o mercado imobiliário independentemente dos fatores geo-físico-morfológicos da cidade, relevo, tudo isso está sendo ignorado e agora quando se discute a questão da cidade compacta, a questão da cidade saudável, do problema da alteração do clima mundial é importantíssimo que nós revertamos o foco do crescimento da nossa cidade, esses fatores ambientais deveriam ser primordiais no direcionamento do crescimento da cidade. Eu vou entrar agora na área de ocupação do solo e demonstrar como isso está sendo feito de forma perversa, predatória e com uma significativa deterioração do nosso espaço urbano e da própria economia da cidade que tem um reflexo bastante importante. As áreas alaranjadas são as áreas de coeficientes básicos 2,0, o Plano Diretor ele introduziu uma novidade que é coeficiente mínimo, coeficiente de aproveitamento mínimo, coeficiente



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

de aproveitamento básico o qual você pode construir uma vez, ou duas vezes a área do terreno sem pagar nada e coeficiente de aproveitamento máximo que você pode atingir mediante ao pagamento da outorga onerosa, até hoje, pelo menos que nós tenhamos notícia o município de São Paulo não apresentou um diagnóstico do produto do recolhimento dessas outorgas onerosas, quanto se recolheu em cada distrito? O que foi feito claramente com esse dinheiro? E quais as conseqüências da geração desses m^2 em cada distrito? Esse diagnóstico da outorga onerosa que foi esse instrumento que passou a ser utilizado a partir do Plano Diretor de 2002, ainda continua bastante utilizado, é importantíssimo que se diagnostique. E nesse problema da revisão do Plano Diretor que o artigo 293 impõe, limita a sua revisão, para a revisão das ações estratégicas, e o caso da outorga onerosa é uma ação estratégica, isso não foi apresentado pela municipalidade e nós não temos um diagnóstico, uma clareza do que realmente está acontecendo. O caso então da área laranja onde o coeficiente básico é 2,00, pode chegar aí eventualmente a 3,0 ou a 4,0, através do pagamento da outorga onerosa. E na área amarela é onde o coeficiente básico é 1,0. Nós notamos que nas áreas mais densas, justamente o coeficiente básico é maior, deveria ser ao contrário, deveria ser o coeficiente básico 1,0 porque nessa cidade já tão saturada de área construída, não de densidade populacional, inclusive na última reunião eu li a Ata e foi muito bem colocado isso que é densidade populacional e o que é densidade construtiva, que são coisas bastante diferentes, nós notamos que justamente nas áreas congestionadas onde o coeficiente básico é 2,0, provavelmente se paga menos outorga onerosa, ele deveria ser coeficiente 1,0 e os valores do critério de cobrança da outorga onerosa deveriam ser reavaliados no nosso ponto de vista, reformulados, construir uma vez a área do terreno deveria ser muito caro na cidade de São Paulo, principalmente se forem área de várzea, principalmente se forem área contaminada onde existem os bairros que eram industriais, e agora estão sofrendo um processo de alteração. Aqui nós temos relacionados alguns dos distritos que já não tem mais a área para ser objeto de outorga onerosa, como todos sabem que aqui a definição como estoque dos 93 distritos, ou 96, se eu não me engano, foram definidos a partir da tendência de construção dos últimos 10 anos anteriormente ao Plano Diretor, então de 1992 a 2002 se fez uma projeção de quanto se construiu em cada distrito e isso definiu os estoques de área comprável na cidade de São Paulo. Ocorre em Moema se construía muito na década anterior ao Plano Diretor e não se constrói tanto hoje, mas o mercado imobiliário teve interesse maior em construir no Morumbi, na Vila Leopoldina, no Jaguaré e esses estoques estão praticamente extintos, essa é uma questão que nós apontamos fundamental que deveria ser muito discutida nessa revisão do Plano Diretor e até o momento nós não conhecemos, eu vou repetir, nenhum diagnóstico que informe a conseqüências dessas medidas e do que está sendo construído na cidade de São Paulo, principalmente em relação aos bairros. O Plano Diretor vigente ele definiu macrozoneamento que são 4 macros regiões principais, em cada regiões dessas, dessas macro regiões, tem um rol de medidas de programas que devem ser atendidos, não só para quem constrói na cidade, seus usuários ou empreendedores, mas também é uma regra programática para o próprio poder público atuar em cada um desses territórios. Nós temos, por exemplo, a macro área de urbanização consolidada que é aquele eixo mais rico da cidade oeste/sul, a macro área de reestruturação e qualificação que é esse bordo mais escuro ao longo dos rios e das vias férreas, a macro área de urbanização em consolidação que é um anel envoltória da área central e a macro área de urbanização e qualificação, uma área que precisa realmente requalificada que são as nossas periferias e o que fez o projeto de lei 671, extinguiu as quatro áreas, acabou com o macrozoneamento, o território agora é tratado como se ele fosse um papel em branco, como não houvesse mais a necessidade de investimentos específicos e forte atuação da prefeitura para qualificar as áreas de periferia e como se não houvesse mais necessidade de um controle muito grande nessa área de macro área de urbanização consolidada que vem sofrendo um processo de verticalização desenfreada, essas regras para o futuro da cidade, regras eu repito, para a própria atuação da administração pública, deixaram de existir, então é o Plano Diretor do papel em branco, o território de São Paulo não tem mais nenhum regramento e isso no nosso ponto de vista é temerário, porque a atuação do poder



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

público pode ser qualquer uma porque o regramento, as ações definidas nesses artigos que definem as 4 macro áreas e o que englobam determinados distritos se extinguiu então esse fato nós entendemos que foi uma alteração significativa no Plano Diretor, este é um outro Plano Diretor, a Lei 13.430 ela praticamente deixou a sua função de ordenar o crescimento da cidade com uma lógica urbanística e ambiental com essa retirada das 4 macro áreas ela se extinguiu. E nós também ficamos muito preocupados com essa ação estratégica do Plano Diretor que são as áreas de intervenções urbanas. O que significam essas áreas de intervenções urbanas? Inclusive nós copiamos aqui o artigo 221 do Plano Diretor vigente que descreve os setes tipos áreas de intervenções urbanas, que são: áreas de Operação Urbana Consorciada, que estão impactando tremendamente os nossos bairros e nós não sabemos o resultado disso, a nosso ver é um resultado ambientalmente negativo; as áreas de Projeto Estratégico; as áreas de implantação de parques lineares, isso nós reputamos como uma medida bastante interessante, a implantação aqui na Secretaria do Verde; eixos e pólos de centralidade; áreas para a implantação de rede viária estrutural; áreas para implantação de rede estrutural de transporte público coletivo e a sétima delas, áreas envoltórias do Rodoanel Metropolitano Mário Covas. As áreas de intervenções urbanas, por exemplo, as que são em relação as linhas de transporte coletivo permite que as faixas de 300m de um lado a outro de transporte coletivo de massas possa ter um adensamento, além de círculos com raio até 600m, tendo como centro as estações de transporte metroviário ou ferroviário, nós procuramos colocar isso no mapa para visualizar o que significa a possibilidade desse adensamento proposto. Aqui nós temos o eixo do sistema transporte público e as faixas de 300m de cada lado, então nós vemos que uma boa parte da cidade pode ser verticalizada é certo que a partir de um plano urbanístico específico, mas plano esse que do jeito que a Câmara Municipal está nos amedronta e causa um tremor enorme do que pode acontecer e pode ser ali votado. Também colocamos no mapa a faixa de 600m ao longo das vias estruturais e nós notamos que uma parte imensa do nosso território pode sofrer verticalização. Somamos os dois e vemos que o que sobra é muito pouco. Existem outros tipos de áreas de intervenções urbanas que são pólos de centro de bairros que também poderiam sofrer verticalização a partir desses planos urbanísticos específicos. Colocamos os pólos em relação às estações e terminais de ônibus que seriam de 1200m, um raio de 600m. E somamos tudo isso e vemos que praticamente todo o território da cidade de São Paulo é sujeito a verticalização, mas ainda tem mais. Colocamos também áreas suscetíveis de adensamento ainda dentro do que permite as áreas de intervenções urbanas. Eu quero chamar a atenção que isso é possível fazer desde 2002 do Plano Diretor vigente e o projeto de lei 671 não corrigiu essas determinações, são ações estratégicas no nosso ponto de vista deveriam ser revistos e retiraram inclusive alguns elementos importantes, como por exemplo, a obrigatoriedade de se fazer EIA-RIMA em áreas de operações urbanas, agora no projeto lei a redação está dúbia e dar a impressão que se quiser só pode fazer um estudo de impacto de vizinhança o que não é conveniente, é um absurdo que se retire essa prerrogativa. Agora nós vamos demonstrar os perímetros das operações urbanas, tanto as existentes quanto as propostas. Que também ocupam esses perímetros, a Vila Sônia, a Vila Leopoldina, a Jacu-Pêssego, foram perímetros de operações urbanas propostas aumentados. Quero lembrar também que as operações urbanas, nós colocamos o nome onde estão marcadas com as letras negras são as operações vigentes e as azuis propostas. Praticamente todas elas estão em áreas de várzeas, em áreas de várzeas complicadíssimas, por exemplo, a operação Vila Sônia está na área de várzea do rio Pirajussara que é uma bacia intermunicipal, com problemas seriíssimos para região, ali está se propondo um adensamento brutal justamente ao longo do rio Pirajussara, justamente uma área que deveria ser preservada ao contrário de tudo o que indicaria boa técnica urbanística hidrológica, enfim, um verdadeiro desastre ambiental, o mesmo ocorre com a operação urbana Leopoldina-Jaguapé, a operação urbana Leopoldina-Jaguapé ela está na confluência das várzeas do Tietê com o rio Pinheiros é uma área alagadiça ocorrendo a mesma coisa com relação a operação urbana Água Branca, essas áreas são áreas praticamente um pântano, o lençol freático chega a aflorar, nós podemos ver algumas pequenas, não diria lagoa, mas enfim, o lençol freático chega ter 30cm de



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

profundidade ou seja a construção maciça dessas operações urbanas está sendo incentivada em áreas que deveriam ser absolutamente controladas. Aqui então nós temos a soma total do município de São Paulo das áreas possíveis de adensamento, veja bem, o que diz o artigo 293 dessa revisão é que tem que ser encaminhada para as ações estratégicas, aqui não há prioridade, qual é a prioridade dessas operações urbanas? Qual é a prioridade dessas áreas de intervenção urbana? O que vai se adensar primeiro? O que vai se adensar depois? E eu lembro em um território proposto pelo artigo 671, onde as 4 macro áreas foram extintas, sem regramento. Isso no nosso ponto de vista é temerário, isso não é um Plano Diretor, isso é um anti Plano Diretor. O Plano Diretor tem que ter metas claras, metas a serem alcançadas e o adensamento proposto é onde for possível, onde for conveniente e não deixar a cidade ao sabor dos interesses puramente imobiliários que não leva em conta outras questões além de onde estão localizados os seus terrenos. Aí são uma comparação com o artigo 188 do Projeto de Lei que permite então que as áreas de intervenção urbanas tem que ter um plano específico e que também se refere ao coeficiente de aproveitamento máximo da cidade, que agora ao invés de ser ele computado em lote específico ele pode ser computado levando em consideração toda a área, todo quarteirão e toda a área que ele estiver localizado. Eu gostaria de lembrar que dificilmente na cidade de São Paulo nós temos um bairro inteiro ou um quarteirão inteiro com coeficiente 4 vezes a área do terreno, porque muitos dos terrenos que compõe o quarteirão não tem essa construção total e o fato de se aumentar, de se permitir que se concentre o coeficiente de toda a área de uma região ou de um quarteirão em um lote significa um adensamento muito maior, construtivo, eu quero dizer, uma adensamento construtivo muito maior que aquele que certamente a cidade teria condições de suportar, outra questão importante é quanto de infra-estrutura o setor público, seja nós como cidadãos temos que pagar para que determinado empreendimento seja feito na cidade de São Paulo, por isso que a questão da outorga onerosa tem que ser revista com muito cuidado, no nosso ponto de vista o valor cobrado pela outorga onerosa para construção desses m² adicionais é pífio, a teoria da outorga onerosa e que se cobra de construções em áreas onde são dotadas de infra-estrutura coisas que nós não conseguimos enxergar, que dotação de infra-estrutura é essa para poder se dotar bairros que não tenham essa infra-estrutura, mas essa matemática não está demonstrada quanto custa gerar um prédio enorme de coeficiente de aproveitamento 4, por exemplo, em relação ao que se é cobrado de outorga onerosa. Só para terminar as falhas que nós entendemos existir na revisão do Plano Diretor Estratégico, não foi atendido o limite do artigo 293 que era somente para adequar as ações estratégicas e acrescentar instrumentos previstos no estatuto da cidade, a ausência do plano de habitação, ausência do plano de circulação e transportes, alteração do instrumento sem justificativa e nem debate, foi suprimido todo título 2 das políticas públicas também sem justificativa nenhuma, então entendemos que a sociedade não participou da forma como deveria, falta publicidade, falta explicações, falta motivações das alterações. As audiências públicas são incipientes porque não se explica o que aconteceu e quais as reais alterações no Plano Diretor e dessa proposta de Lei 671 e ausência de sistematização das críticas nas audiências públicas. É um Plano Diretor nada estratégico no nosso ponto de vista e ele coloca praticamente todo o território urbano sujeito a venda de áreas construídas superiores atualmente permitidas, liberando sem controle a verticalização e adensamento ao sabor do interesse puramente mobiliário desconsiderando os seus reflexos na evidente ausência de sustentabilidade ambiental de nossa cidade, dentre outros fatores obviamente. Na realidade teremos um plano diretor sem garantia temporal, continua ausência do planejamento que considere a sustentabilidade urbana, procede a urbanização predatória do espaço vital da cidade, não há prioridades na ocupação do território e nem no seu desenvolvimento, pressão dos interesses econômicos que dá uma visão econômica do planejamento, ausência de políticas intersetoriais e não observação da aplicação dos indicadores ambientais e sociais. O que teremos então é uma inviabilidade urbana, social e econômica. Uma cidade insustentável como nós já notamos como ela é, e o que nós precisamos: Mudança do comportamento da sociedade, nós entendemos que a sociedade tem que ser mais pro ativa a exigir os seus direitos, mudança de paradigmas do planejamento da forma como está



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

nós vamos piorar cada vez mais sem retorno e mudança de prioridades pela governança a própria municipalidade, o próprio poder público tem que rever as suas prioridades. É só, agradeço a todos. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Eu vou propor então a Alejandra para fazer sua apresentação. Na verdade, nas propostas do relatório, não havia a inclusão explícita da questão da ocupação, mas diante da proposta do Defenda São Paulo e como naquele mesmo dia a Alejandra tinha feito uma exposição sobre Cidade Compacta, as questões acabaram confluindo. A exposição da Lucila tem interface com o documento que estamos discutindo, mas ultrapassa nosso debate inicial. Então, o que eu propositaria, é que nós, com a fala da Alejandra e do José Carlos voltássemos ao nosso foco na interface que a questão coloca com o documento e que, em outros momentos, possamos estar discutindo mais essa questão do uso e ocupação do solo do Plano Diretor, inclusive o Della Mann a me procurou e expliquei que a abertura foi dada a todos, na última reunião, em relação à poluição do ar e que a associação que representa teria essa possibilidade de exposição, se e quando solicitasse. O CADES é um conselho com representantes diferenciados, diversificados e acho que a composição e o olhar diferente só enriquece a todos nós. Então eu pediria a Alejandra, fazer só uma síntese da Cidade Compacta e no que se relaciona até com o que a Lucila colocou e depois vamos abrir aos conselheiros para as perguntas e comentários e o José Carlos retoma as propostas e vamos para os encaminhamentos. Por favor, Alejandra.

Cons. Alejandra: Bom dia a todos, na última sessão do Cades nós iniciamos uma discussão sobre o que é cidade compacta, a lei municipal de mudanças climáticas em um de seus primeiros artigos traz esse conceito como um dos elementos norteadores da forma ideal futura para cidade de São Paulo do uso e ocupação do solo. Então, o que nós nos propusemos a iniciar uma discussão aqui no âmbito do conselho de como seria essa forma de cidade compacta, quais são variáveis que estariam envolvidas nessa questão? Então eu vou fazer um resumo do que eu falei, daquilo que o secretário disse como elementos determinantes desse modelo de uso e ocupação do solo. Então, ele apontou quatro questões, o secretário na última reunião. A primeira questão é mesclar, a cidade compacta deve permitir a mescla de classe social, hoje a cidade vive em guetos, ele falou em guetos de classe média, então nós temos que promover essa mistura de classes, como se faria isso? Permitindo, promovendo a intensificação do uso do solo nas áreas já construídas inicialmente, São Paulo apresenta nesse centro expandido aproximadamente 5.000.000 de m² de área, absolutamente subutilizada, isso supera os estoques de potencial construído hoje existentes então a proposta é que a política, os programas, a legislação devem olhar para essa questão central. Hoje nós temos um estoque construído pronto, inutilizado que deve ser ocupado, senão nós iremos caminhar para essa inviabilização da cidade, isso é uma questão. A segunda questão aproximar a função moradia da função emprego da cidade, como se faz isso? Onde eu tenho emprego hoje na cidade? Se olharmos a distribuição de emprego dentro da cidade, nós vamos ver que há uma concentração nesse centro expandido, nós chegamos ao índice de 700 empregos por hectare, densidade que nós atingimos quando olhamos para densidade demográfica. A densidade demográfica de São Paulo não passa dos 200, se eu tenho 700 empregos por hectare em algumas regiões e eu trabalho com 200 habitantes por hectare, eu vou obrigar a todo mundo se deslocar para os empregos, por isso que vivemos nesse congestionamento constante, todo mundo trabalha muito distante do seu local de emprego então nós temos que aproximar essas duas funções, isso tem que estar claramente identificado na legislação que norteia o uso e a ocupação do solo e uma coisa que ele gosta também, o secretário gosta de deixar claro, nós temos que criar empregos onde hoje nós temos concentração populacional, onde hoje nós temos concentração populacional nas regiões extremamente periféricas então teria que fazer esses dois movimentos, trazer gente para as áreas desocupadas e levar empregos para onde nós temos gente. O terceiro ponto é intensificar o uso do solo com medidas claras, essa intensificação do uso do solo, é ter uma política de



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

reutilização dos espaços construídos, promover as ações de reforma, quando analisamos a lei urbana, de política urbana das principais metrópoles mundiais nós percebemos que todas elas trazem essa vertente de compactação da cidade, chegando ao ponto de cidades como Londres exigirem que 60% da construção dos empreendimentos imobiliários, feitos na cidade devem ser promovidos na forma de reutilização dos espaços existentes, isso significa que nessas metrópoles mais importantes do mundo é proibido avançar sobre novas áreas, 60% da produção mobiliária deve estar concentrada nas áreas já construídas, então são diretrizes, olhares diferentes a uma forma de construir essa política de uso e ocupação do Solo. E por último uma outra questão que foi colocada é que São Paulo nos anos 50 trabalhava com densidades demográficas superiores que a de hoje, nós temos que reverter esse processo e isso é uma questão muito séria, quando pensamos em adensamento, o adensamento trazido para as operações urbanas, a área de interesse urbanístico, nós estamos pensando no adensamento construtivo, o adensamento construtivo tem que vir acompanhado de adensamento populacional senão realmente estamos construindo uma falafel, uma cidade louca, nós temos altíssimas concentrações construtivas, densidade construtiva, estamos perdendo população então isso tem que se inverter, não parece por conta desse fenômeno de concentração de emprego, todo mundo vai para locais onde é uma concentração enorme, durante o dia nós vivemos a densidade de 700 habitantes por hectare, mas na hora que você vai ver as pessoas não estão morando com essas densidades, então isso cria essa confusão que nós vivemos todos os dias, isso é uma questão essencial para pensarmos no que vem a ser esse novo paradigma de cidade sustentável, que o que a gente veio a chamar de cidade compacta, então é por aí, ninguém está associando com verticalização, isso é uma coisa que eu gostaria de esclarecer nós estamos falando cidade compacta, com essas 4 variáveis, como isso se faz? Como isso se traduz em regras claras no uso e ocupação do solo? Nós estamos ainda construindo, nós temos construindo isso, inclusive essa construção deve estar associada com o Plano Diretor, claro. Porque o Plano Diretor é a lei máxima que norteia o uso e a ocupação do solo, então se formos fazer uma aproximação com apresentação da Lucila, claro ela está fazendo uma leitura muito correta, uma coisa não coíbe com a outra, as duas coisas são complementares, a cidade compacta tem que olhar claro essas questões, essas questões estão crescentes, eu imagino, na construção de qualquer programa política, lei, enfim eu acho que é o suficiente.

Coordenadora Helena Magozo: Então nós vamos abrir para os conselheiros.

Lucila Laqueta: Eu gostaria de fazer uma observação, voltando atrás em 1972 quando esse zoneamento foi feito, foi implantado na cidade de São Paulo, o zoneamento ele abarcou o município de São Paulo como se fosse um tapetão, onde ficou determinado o que podia construir e o que não podia construir, quando o interessado quisesse, vejam bem, quando e onde o interessado quisesse, então a municipalidade, a prefeitura ela perdeu totalmente o controle do que seria construído onde e quando. E isso é importantíssimo para você ter o controle do crescimento da cidade, então a geração da cidade de São Paulo ela foi a deriva, então como eu falo tem esse tapetão que é o zoneamento e o poder público perdeu totalmente o controle, quem ditou o crescimento foi o interesse imobiliário, então nós vemos, quarteirões inteiros, com prédio enorme lá no meio. O que significa isso? Alguém quis fazer aquele empreendimento em um determinado tempo, diferente, por exemplo, de cidades européias, eu vou dar um exemplo de Madri porque eu conheço bastante, onde a municipalidade diz: "Neste perímetro vai se construir uma cidade de tal forma em x anos." E obriga aquele proprietário a se associar a uma empresa urbanística para fazer um plano que a prefeitura determinou, tanto que a gente vê nas cidades européias de um lado é plantação de feno, dali a 5m começa a cidade, a área rural ela está colada na cidade, só que ninguém vai construir na área rural de forma clandestina o que lhe interessa, porque a municipalidade vem derruba e acabou. Então, de um lado da rua você tem uma fazenda do outro lado da rua você tem uma cidade, essa questão do tempo e de onde construir, São Paulo precisa resgatar. Outra coisa que eu quero lembrar, essa questão da cidade compacta ela foi



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

introduzida em uma lei recentíssima, junho de 2009, poucos meses ela tem e seu artigo 18 trata dessa questão da cidade compacta, o artigo 18 também o artigo 31 que reformula a possibilidade do pagamento da outorga onerosa se o interessado dotasse o edifício, se ele for um ecologicamente sustentável o ato do executivo, ou seja, por um decreto do prefeito, o prefeito pode definir qual é o desconto que ele pode ter na outorga onerosa chegando ao limite do 0, então se ele põe uns vidros ecologicamente interessantes ou que se tenha aquecimento solar, ou que se tenha um jardim não sei como, o prefeito pode definir, que é por ato do executivo o artigo 31 fala isso, lhe dar vários descontos em relação ao pagamento da outorga onerosa, então isso é uma preocupação enorme para gente, porque a pretexto dessa questão temática ou da emissão do carbono pode se chegar a ter uma outorga onerosa 0 que desvirtua completamente esse instrumento, voltando a questão do artigo 18, dessa lei nova, da cidade compacta, precisa definir que compatibilidade é essa, compatibilidade, como por exemplo, operação urbana Faria Lima está ali previsto, acho que 3.000.000 de m² de construção adicionais, mas ela é uma Faria Lima, um bairro oco, porque quantas pessoas moram lá, então o risco que nós corremos com essa história compacta, é construir uma cidade oca, você constrói muitos m² sem ninguém lá, e as pessoas vão lá para periferia, ou vão para outros municípios porque já não dá mais para morar na cidade de São Paulo, então essa é uma questão importantíssima, que deveria estar no Plano Diretor e não nessa lei, esses dois artigos 18 e 31 eles tem que ir para o Plano Diretor, porque é matéria de Plano Diretor, aí nós entendemos que há um desvirtuamento dessa lei das mudanças climáticas. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Queria pedir uma autorização para vocês. Várias pessoas já se inscreveram para falar, a primeira pessoa foi a Olga da SMDU, a Olga vai passar a palavra para Nilza, que tem uma pequena apresentação, porque houve uma referência grande e explícita ao Plano Diretor, então eu queria propor a vocês se vocês dão a prevalência para a Nilza estar apresentando um posicionamento sobre a questão no Plano Diretor, e então nós continuamos atendendo as inscrições. Pode ser? Sim. A Olga, representante de SMDU, passa a palavra a Nilza. Só peço autorização para a antecipação.

Nilza Toledo: Obrigado. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui presente e falar com todos os conselheiros, porque na verdade é um assunto que a Secretaria vem tratando com muito cuidado já há alguns anos, nós estamos fazendo um trabalho com debates com toda a sociedade no sentido de tornar claro toda a posição, e por essa razão acho importante que eu coloque algumas questões relacionadas ao item que está presente aqui, em discussão com senhores porque na verdade está se falando em um adensamento da cidade, e é esse quesito mais especificamente que eu gostaria de colocar porque na verdade que as questões que a Lucila aponta ela vem de um desenvolvimento do urbanismo que se deu ao longo do século passado, nós realmente tivemos um crescimento muito grande da cidade, explosivo, sem muito planejamento isso fez com que as áreas fosse ocupadas, inicialmente as áreas mais centrais da cidade e posteriormente elas foram ocupadas pelo aumento de densidade, pelo aumento de população, então o intenso processo de urbanização fez com que a cidade tivesse essa aparência que hoje nós vemos. Aqui nós já temos um que? Um centro consolidado que perdeu população, realmente nós temos mais empregos do que população residindo aí, poucos residenciais, ocorreu intenso e crescente as ocupações irregulares das regiões dos mananciais da periferia e um movimento pendular do sistema de transporte. O que acontece? Nós temos toda população residindo na periferia, população de baixa renda que necessita de transporte público e que nós temos que estender esse transporte público até essa população e geralmente esse transporte caro no investimento em termo de transporte de alta capacidade, e esses ônibus que utilizam esse CO², esses sim poluem o ambiente então nós precisamos investir mais nessa tecnologia que diminua essa ocorrência e para isso precisa muito investimento, e é o que o município está fazendo. Além disso, esse desmatamento que ela observou, nós também estamos observando, nós também estamos controlando



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

e é por isso que nós temos que deter a expansão territorial, porque hoje ela já está em 1.000 Km², ela representa 60% do território do município a urbanização, a cidade é espraiada, ela não é densa, ela é espraiada isso fez com que muitos dos nossos bens naturais fossem consumidos nesse processo, que vem de muitos anos, não é culpa do Plano Diretor atual e nem do Plano que está aí em discussão. Essa é a ocupação regular da cidade, nós temos na verdade regular na cidade 591.000m² de áreas com terrenos com 433.000m² de áreas construídas o que representa 0,7 do coeficiente de aproveitamento médio da cidade. Esse espraiamento, a Lucila colocou muito bem também não se dá só dentro da cidade, mas ela se dá para outros municípios da grande metrópole, a faixa de renda alta não vai para periferia ela vai para outros municípios, Alphaville, Barueri e outros, então realmente essa evasão ocorre, nós vemos isso também, estamos tentando controlar, estamos tentando controlar, estamos tentando dar condições para que isso se reverta, o que representa o nosso indicador de adensamento, quais as áreas realmente adensadas, acima de 4 de coeficiente é onde realmente a cidade central se localiza, eu mesmo trabalho em um edifício que tem 18 de CA, a legislação permitia isso, é o edifício Martinelli, ele tem 1000m² e tem 4 e tantos mil m² de áreas construída, então ele tem 18 de CA. Isso existia, era uma possibilidade que a população não regulava isso então a legislação que veio de 1972 começou a regular e passou limite a 4 do CA, as áreas do entorno que nós chamamos de centro expandido elas não chegam, elas estão em torno de 2, essa florzinha aqui, essa fluorescente, e como que ela está distribuída? Como está de fato a sociedade? Então eu trouxe alguns exemplos, só para tomar tempo dos senhores, eu estou pegando o Jardim Miriam que é uma periferia que está lá no limite da cidade, ela tem 230 habitantes por hectare, ela não é vertical, ela é uma ocupação basicamente horizontal, porque a diminuição dos lotes faz com que se verticalize se intensifique o uso do solo, não é só pela verticalização. Aí também nessa região do Limoeiro, bem em cima na periferia ela está com uma densidade de 200 habitantes por hectare, nível de emprego 0,2, então veja, nós temos população e não temos empregos esse é um grande problema que estamos enfrentando, essa é outra, Vila Teresinha, estou pegando dados da OD 2007, então nós temos realmente 256 habitantes por hectare nessa região e ela não é adensada, ela não é uma construção vertical. Marechal Teodoro, essa é no centro, 292 habitantes por hectare, Santa Cecília nós 200 habitantes por hectare, área central do município, então o que a Lucila falou que nós eliminamos a macro área é porque na verdade nós já temos o zoneamento, ele está em vigor, ele está realmente, um momentinho Lucila, eu ouvi você com toda paciência, a questão é que nós temos os instrumentos novos no estatuto da cidade a macro área ela serviu e muito bem, eu mesma a utilizei para elaborar os planos regionais, os planos regionais contemplaram todas as diretrizes das macros áreas e tinham planos regionais, a incumbência de estabelecer as zonas de uso, definidas pelo novo diretriz do plano diretor e também as áreas de incidência dos instrumentos específicos que o estatuto regia, então área de intervenção, área de preembição perto de operação urbana, então isso tudo está contemplado em cada um dos 31 planos regionais e foi exaustivamente discutido e que teve uma aprovação em 2004. E aí é o reflexo então do que nós temos em termos de lei de zoneamento e que ela de uma certa forma mantinha porque tinham regras no Plano Diretor, tinha que ser originária de Z1 no máximo de Z5, então ela continua com a mesma incidência na nova lei. A ZN1 11%, ZN2 14%, ZN3A e a ZN3B esse é um problema que nós tínhamos que é do decréscimo, o estatuto permitia isso, ele permitia que eu tivesse coeficiente básico diferenciado em função de uma legislação anterior existente, então nós tínhamos uma legislação que dizia que em alguma zonas podiam chegar a 4, já naquela oportunidade, então Z3, Z4, Z12, Z10, todas elas podiam chegar a 4, então nós tivemos que fazer um redutor, e isso o Plano Diretor estabeleceu o tempo que isso iria acontecer, 2003 e 2004. Em 2004 se chegou ao coeficiente básico 2, então isso fez com que nós tivéssemos distinção em zona M3A, do tipo B que o coeficiente é 2, ZPD que também o coeficiente básico é 2, as demais que aparecem com a letrinha A o coeficiente é um, então isso deu essa porcentagem que os senhores estão tendo aqui. Então essa regra de como está realmente no zoneamento, está estabelecida, porque (*inaudível*) as operações urbanas, necessitam de leis específicas, agora o Plano Diretor tem que estabelecer quais são essas áreas, para que então



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

possamos fazer as leis específicas desses territórios e cada lei específica é discutida com a sociedade, é submetida a Câmara, então o fato de ter extensas áreas não quer dizer que tudo isso seja manchado, de fato seja tudo verticalizado, o que se tem é uma intenção de se aplicar um instrumento, que o estatuto estabelece que no Plano Diretor esteja considerado. Aqui é uma grande preocupação que nós estamos tendo em função do uso de um sistema chamado BRANUS que é de transporte, o que nós estamos fazendo junto com a Secretaria de Transporte Metropolitano, o que nós observamos, essa ainda com a pesquisa OD/97 que foi quando iniciamos o estudo, ela tem um emprego por habitante, ela se concentra no centro e na região sudoeste, e aqui é mais relação também de emprego por hectare que está também na concentração da área central, essa já é a OD/2007, em que essa relação também se mantém, então veja o movimento que nós temos que fazer, a inversão da matriz, que nós temos que fazer, porque na verdade nós temos um contingente da população que trabalha na região leste que se desloca para os locais de empregos, onde estão os locais de emprego, tudo isso utiliza o sistema de transporte, então é isso que nós estamos pensando em reverter essa matriz, e o Plano Diretor dá condição para isso, em cada uma das estações de metro, nós podemos fazer a *(inaudível)* para colaborar com a implantação do metro que é necessária para a população de baixa renda, e também para fazer com que se reverta essa matriz climática que nós temos, então isso é o importante para nós fazermos, nós temos que colocar emprego na zona leste, nós temos que gerar emprego lá, temos que reverter essa matriz. Isso vai fazer com que nós possamos usar as *(inaudível)* nos transportes, que são as *(inaudível)* que me permitem reformular esse território e reocupar território que hoje já estão ocupados, como os senhores viram todos eles estão densamente ocupados, as densidades estão lá na periferia. Essa é um emprego por hectare. Então o que me permite fazer? São as *(inaudível)* elas induzem eu ocupar corretamente o território e me permitem levar o transporte e melhor emprego para essa região. Com esse trabalho que nós estamos fazendo com a Secretaria de Transportes do Estado, nós vamos realmente por meio de cenários simular exatamente onde devemos fazer essa redistribuição e a partir daí definir com clareza onde pode crescer e onde não pode. Queria esclarecer para os senhores que a outorga onerosa só é concedida onde há infra-estrutura, onde não há infra-estrutura não se dá outorga onerosa, por isso o direito adicional máximo de construção só é alcançado se tiver estoque, esse é um conceito fundamental, não se dá estoque onde não se tem infra-estrutura por isso se foi concedido e foi dado naqueles distritos é porque ali tinha capacidade de infra-estrutura. Aqui eu gostaria de fazer uma retificação em uma colocação da Dra. Lucila, porque na questão de ampliação não foi o PL que ampliou porque na 13.885, as áreas de operação urbanas foram ampliadas, especialmente na região leste, por se perceber a necessidade de realmente ter condições melhores nessas áreas de emprego, de moradia e de revisão desse tecido urbano. Então nessas condições, isso já está em vigor, está na 13.885, então o que nós ampliamos foi a parte do polo de logístico de carga, que é esse aqui, no cruzamento lá das vias, mas nada é ampliação desta lei, isso que eu queria deixar claro para os senhores.

Lucila Laqueta: (incompreensível, não falou no microfone).

Nilza Toledo: Lei da operação urbana.

Lucila Laqueta: (incompreensível, não falou no microfone).

Nilza Toledo: Então, Lucila.

Lucila Laqueta: (incompreensível, não falou no microfone).

Nilza Toledo: Essas leis, isso aqui, desculpe, é a fusão da lei 13.430 PDE, 13.885 Planos regionais.

Lucila Laqueta: Não é PL.



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Nilza Toledo: Nesse não, eu estou dizendo que aqui é o aumento que houve. Você tem agora a possibilidade de utilizar diversos instrumentos, não é que aí tudo seja 4, é uma regra do coeficiente máximo 4 para a cidade, essa regra está estabelecida, mas aí elas são divididas em setores, esses setores são ditos quanto coeficiente é possível em função da capacidade de cada um deles e em função do sistema viário que a possamos suportar. Então essa é a rede de transporte que nós queremos realmente fazer com que ela tenha condições, não é só a questão da várzea que nós temos que ver, nós temos que ver que nós temos que ter mobilidade, acessibilidade a todas as atividades urbanas, onde já está ocupado e a várzea está totalmente ocupada como eu mostrei no primeiro slide e Lucila também, ela constatou que a várzea também já está ocupada, o que nós temos que fazer é dar um tratamento que recupere os rios, e isso nós estamos fazendo em conjunto com Secretaria do Verde, que faz os parques lineares a SABESP faz a despoluição e nós temos então condição de melhorar, quer dizer os problemas nós conhecemos todos, porque ela elencou todos, todos eles eu também conheço, então o importante é que tudo isso vamos paulatinamente, por isso é um processo de planejamento que se faz a cada gestão, a cada momento. E aqui então a necessidade de se levar o emprego para zona leste, nós temos aí a oportunidade agora do fecho do rodoanel temporariamente passando por essa região que é exatamente aqui, ele vai passar enquanto não se faz o trecho leste, o plano leste, mas ele realmente vai passar nessa região, então nós temos um pólo industrial, nós temos plataformas logísticas, nós temos um melhor desempenho de transporte nessa região, se o poder público não investir maciçamente não vai ninguém fazer emprego lá, isso que é o poder público atuando. Essa é uma área da COHAB, então foi pensada junto da estação Itaquera para se criar uma nova centralidade, então quando se cria uma centralidade não quer dizer que vai se adensar, nós vamos ter é um trabalho de colocar alguns equipamentos necessários para a população que aí reside. Essa é uma idéia desse projeto, o que nós temos aí, nós temos fórum, rodoviária, FATECs, SENAI, centros de alimentação, centro cultural, centro de convenções, polícia militar, institutos, edifícios comerciais nessa região, isso é uma centralidade de uma **AIU** lindeira ao transporte, isso que nós precisamos fazer nessa região, ou seja, inverter a matriz emprego população, temos que ter mais emprego aí, isso é uma demonstração e eu acho que é essa a idéia que eu queria trazer para os senhores, que não se trata de uma questão simples de adensamento. Muito obrigada pela oportunidade.

Cons. Ros Mari: Bom dia a todos os colegas, eu queria aproveitar a oportunidade após a apresentação das nossas duas colegas para dizer o porquê esse assunto veio a baila. Eu até fiquei bastante contente por conta de um documento que foi lido na reunião passada, suscitou um debate que é de extrema importância para cidadania de São Paulo, muitas vezes uma pequena palavra colocada em uma lei pode trazer prejuízo gravíssimos para o futuro e se não olharmos isso com muito cuidado, pesa sobre nós a responsabilidade de não termos o dever cumprido. Então eu gostaria de retomar o que a Helena falou anteriormente. Quando foi apresentado pelo nosso colega o relatório da comissão especial para a formulação das 12 ações estratégicas a questão que eu coloquei e acabou suscitando todo esse debate, na verdade eu fiz 4 proposições. Três delas aceitas pelo secretário para a incorporação do texto e uma não, justamente a uma foi a que foi objeto do debate de hoje. O secretário acatou que efetivamente existem umas séries de poluentes que não são medidos, furanos, dioxinas, e que qualquer país da Europa isso se faz e os valores aqui de São Paulo são 4 vezes maior que os valores encontrados em países europeus, isso são estudos de universidade, segunda coisa que eu propus e ele aceitou é que as mudanças climáticas estão aí e nós estávamos falando de mudanças climáticas e que portanto muitas delas são irreversíveis e nós vamos ter que trabalhar com políticas não só de mitigação mas adaptação a essas mudanças climáticas e aí foi onde se deu o grande embate que ficou muito bem explicitado na ata que foi escrita, eu acho é uma ata histórica porque pela primeira eu acho se levanta isso com bastante propriedade, que era exatamente o seguinte: Nós temos hoje São Paulo caracterizado cientificamente como uma ilha de calor urbana, estudos dos Instituto



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

astronômico e geofísico da USP tem demonstrado, isso está em todos os anais dos eventos realizados, que essa ilha de calor urbana tem trazido fundamentalmente problemas ligados a ocorrência de eventos mais fortes, então aí as chuvas que nós temos localizadas, o efeito fica mais forte e ocorre em menor intervalo de tempo, diminuição ao longo do tempo da umidade relativa do ar, aumento médio da temperatura do ar e é óbvio que a ocupação do solo urbano tem provocado isso, é isso que eu disse ao secretário, nós não podemos fazer os 3 macaquinhos chineses, “não ouço, não vejo e não falo”. Isso está provocando é o que os físicos chamam de fatores locais que alteram as mudanças climáticas do município de São Paulo que junto aos municípios de ordem planetária, não vou me preocupar só com o degelo da geleira no pólo norte e no pólo sul, os nossos problemas estão aqui também, ambos juntos tem ocasionados problemas sérios a nossa cidade e dados inclusive da Faculdade de Saúde Pública provam que as ilhas de calor tem provocado inclusive aumento de acidentes cardiovasculares na cidade, então é inimaginável imaginar que vai se fazer um documento de recomendações que tem a ver com esse tema...

Coordenadora Helena Magozo: Ros Mari, é poluição do ar.

Cons. Ros Mari: Sim. Veja bem, lógico. A poluição do ar ela não vive sozinha, ela não é uma entidade independente, então a poluição do ar e o que vem acontecendo em termos de particulados e não medição diz respeito também ao uso e ocupação do solo, portanto não há como fazer um documento de recomendações que não se reporte a forma como o uso e ocupação do solo vem se dando. Então o que eu coloquei aqui e que foi e eu não entendi porque uma celeuma tão grande, eu não sei aonde eu peguei, qual foi o dedo na ferida que eu pus, porque o que eu escrevi eu faço questão de ler aqui o que foi entregue ao secretário. Primeiro: Regulamentar e fazer cumprir a lei número 14.933 de 05 de junho de 2009, que institui a política de mudança de clima no município de São Paulo, todo mundo de acordo, cabe frisar que está se debatendo no ano do processo de revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo os artigos de 18 e 31 da referida lei que é justamente a questão de cidade compacta, que compacidade se quer para a cidade e a questão da mudança da fórmula do cálculo da outorga onerosa. Segundo: Reduzir as emissões de poluentes na atmosfera e contemplar o monitoramento dos tipos HPA, dioxinas e furanos, é óbvio. Terceiro: Definir políticas públicas e adaptação da cidade a mudanças climáticas de natureza planetária em local, é óbvio. A universidade diz isso. E quarto: Planejar e controlar o uso e ocupação do espaço urbano de São Paulo, reduzindo o processo de verticalização mediante o estudo detalhado da capacidade de suporte ambiental da cidade. Quer dizer, eu não entendi qual a foi a celeuma, falou em verticalização ninguém pode usar a palavra. O que foi colocado aqui, eu gostaria de finalizar a minha intervenção, eu só vou finalizar dizendo o seguinte: Que a única coisa que nós colocamos foi, e que não foi aceito, Planejar e controlar o uso e ocupação do espaço urbano de São Paulo reduzindo o processo de verticalização mediante (não é ponto), mediante estudo detalhado da capacidade de suporte ambiental da nossa cidade. Então é isso que foi colocado e esse foi o objeto do debate, eu gostaria de pedir aos senhores conselheiros, que com toda objetividade possível que possa ter análise isso com muito carinho e muita seriedade, porque não tem o menor cabimento sair um documento de resolução que fale, que esqueça o uso e ocupação do solo tem tudo a ver com mudança climática no município de São Paulo, essas coisas não estão desconectadas no tempo e no espaço, era só isso que eu queria colocar.

Coordenadora Helena Magozo: Olha, Ros Mari, só uma observação: eu não entendo que houve celeuma nenhuma. Não se votou porque se entendeu que os conselheiros precisariam de mais elementos, acho que todas as pessoas que falaram aqui trouxeram elementos e você também teve liberdade de falar então não houve celeuma, houve realmente discussão e as discussões necessárias e que podem ser suficientes ou não.



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Badra: Jorge Badra, bom dia. A Helena hoje que está coordenando os trabalhos, parabéns pelas condições dos trabalhos, cumprimentar a Lucila, a outra colega aqui a Nilza, gostei da apresentação das duas e só fazer aqui duas observações rapidamente. A primeira é a seguinte: Eu sai de Santana 7h 30min da manhã e cheguei aqui as 9h 30min e para quem não sabe o DETRAN está licenciando hoje 900 carros por dia, isso ninguém fala nada nessa reunião, então eu estou falando para vocês, isso é poluição, nós continuamos nesse trânsito que está aí caótico e os ônibus soltando aquele diesel horrível, também ninguém fala nada, então vamos ser bem coerente aqui. Segunda coisa aqui que eu quero deixar claro, que eu já falei da última observação, a zona leste está travada desde a época do ex-prefeito Paulo Maluf, foi criada a lei de incentivo o rapaz que é o presidente da associação não está aqui presente hoje e eu sai em defesa, porque é o seguinte, você não consegue instalar nada então você tem hoje uma lei vigente de incentivo fiscal para a zona leste, naquela região e você não consegue instalar absolutamente nada, você não consegue fazer o projeto e instalar isso em prefeitura, nada, você tem que mudar, tem que destravar, isso eu já falei inclusive pessoalmente para o prefeito, já falei para as lideranças e ninguém se manifesta gente. E desde a época do Paulo Maluf foi criada essa lei de incentivo para a zona leste, quer dizer, não tem nada errado aí não? Será que só eu que estou vendo isso? Isso já tem mais de 20 anos e ninguém faz nada, eu fico inclusive indignado, porque veja bem, são questões que temos que discutir se é para colocar os dedos nas feridas e nos problemas então vamos ser coerentes, na zona leste porque você não tem emprego? Porque tem uma lei de incentivo e você não consegue aprovar nada, você não consegue instalar comércio, não consegue instalar nada, é um absurdo. Para quem não sabe, eu sou diretor da Federação do Comércio então nós temos lá todos os sindicatos na base do Estado de São Paulo, na área de comércio e serviços, etc, etc e tal, então inclui desde revenda de carro, pneumático, tudo o que vocês pensarem, posto de gasolina e ninguém consegue aprovar nada, então acho que tem que ser debatido esse assunto, não dá para destravar a cidade enquanto continuarmos com esse tipo de conduta....

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Badra?

Cons. Badra: Pergunta para a colega ali. A senhora ainda é diretora da SEHAB? Outro assunto que eu acho que é de fundamental importância, a Alejandra colocou na última reunião dela e eu pontuei também, vamos ser coerentes, nós temos estoque de área construída hoje de quanto? Sem uso?

Cons. Alejandra: 4.000.000 por baixo.

Cons. Badra: 5.000.000 de metros. Sabe por que nenhuma empresa, nem o particular se habilita a comprar um prédio velho e reformar? Por que é o seguinte, se eu for entrar com o alvará de reforma na SEHAB eu vou pegar um prédio que nem a colega falou, no terreno de 10x50 eu vou ter que fazer duas caixas de escada enclausurada, mas não sei o que, não sei o que, conclusão é mais caro do que fazer um prédio novo, o que eu disse aqui, "vamos ser coerente", então vamos criar uma lei especial para dizer o prédio que está dentro aí, desocupado vamos criar especial para poder dar um uso para eles, só que ninguém fala isso gente. Outra coisa aqui para ser bem coerente, pela primeira vez na história de São Paulo, eu vou repetir, minha mulher diz que eu sou repetitivo, eu sou mesmo. Pela primeira vez na história de São Paulo nós aumentamos a área verde de São Paulo em 10 vezes e ninguém falou nada gente. Acho que a maioria do pessoal que está aí não sabe, nem os conselheiros sabem, a área verde da cidade aumentou 10 vezes, ninguém falou, porque que não fala? Vamos ser coerente gente. Está aí Alejandra que tem uns projetos desde o dia em que a conheci, um monte de projeto aí, nós estamos com projeto para chegar ao final da gestão com 100 parques lineares, a cidade aumentou quantas vezes a área verde? Ninguém fala nada. E não aumentou só no bairro de inclusão, a maior área verde da cidade está na periferia da cidade, dando o que? Condições de uso de utilidades



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

para essas comunidades, ninguém fala nada. Porque que não fala nada? Porque não interessa falar e outra coisa, para a colega ali, não culpe o mercado imobiliário é que nem o seguinte, é que nem mercado de automóveis, se a construtora vai lá e constrói é porque tem demanda para isso, tem consumidor. Se todo mundo quer comprar um carro zero é porque tem um financiamento de 70 meses. É a mesma história, então a gente tem que ser coerente com tudo que conversamos aqui porque os problemas como disse a colega nós conhecemos, as soluções é que nós temos que dar. A função do conselho é exatamente essa, os problemas todos nós conhecemos, estamos "carecas", eu era garoto cabelinho preto e estou ficando careca e de barba branca e não mudou, então só para concluir é isso que eu quero dos conselheiros, o que? Coerência gente. Os problemas nós conhecemos e as soluções estamos dando. Tenho dito.

Cons. Antonio Cunha: Antonio Cunha, movimento dos moradores do Campo Belo, pelo menos por enquanto. Primeira coisa: Aprova-se uma lei com um conceito novo chamado cidade compacta, ninguém sabia. De repente saiu não sei da onde e aprova-se uma lei e não se define o que é na lei cidade compacta, já começa por aí, estamos desaprendendo tudo, envolvendo tudo porque você tem que deixar explícito na lei o que é cidade compacta, não depois da lei é na lei e não fora da lei e agora está essa bagunça, cada um acha o que bem entende e ninguém sabe exatamente o que é, é na lei é para isso que existe a lei. Objetividade legal e concreta e jurídica, o que é e o que não é, e não depois da lei para depois ficar malandramente na base de portarias, resoluções, circulares, ordens de serviço que define um pedacinho aqui e uma coisa acolá, muda pra cá, muda ali e fica essa bagunça de novo, bom aí, então agora a primeira explicação sobre o que é cidade compacta, um dos objetivos mescla de classes sociais, tá ficando "biruta", você sabe onde é que fica o Jardim Apurá? Fica para lá de onde "D'us me livre" lá onde "Judas perdeu a gravata borboleta", quando eu vou para lá, eu me despeço dos colegas literalmente falando para eles, olha se eu não voltar vocês já sabem o porque, eu conheço lá, sabem quanto custa o m² de um terreno no Jardim Apurá? 12 reais, você acha que as pessoas vão para favela porque? Porque elas gostam?

Coordenadora Helena Magozo: Você está falando para quem?

Cons. Antonio Cunha: Para todos. Simbolicamente me dirijo à mesa, lógico, para todos. Eu não posso ficar fazendo assim, porque tenho torcicolo. Inacreditável, é espantoso porque quanto mais eu rezo mais assombração aparece, estão querendo resolver a distribuição de renda com projeto urbanístico. Porque as pessoas moram na favela então? É porque gostam? Essa semana pra mim, foi uma semana que eu fiquei em estado de graça, porque saiu uma reportagem na Folha de São Paulo dizendo: "O número de favelas diminuiu." Que bom, mas o número de favelados aumentou. Adensamento de miséria, as pessoas vão para a favela porque não tem renda. Renda, não é questão de política urbana.

Cons. Alejandra: Mas também é.

Cons. Antonio Cunha: Não é.

Cons. Alejandra: É sim.

Cons. Antonio Cunha: Não é.

Cons. Alejandra: É sim, o mundo inteiro mostra isso.

Cons. Antonio Cunha: Não é, você está errada.



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Alejandra: Eu não estou errada.

Cons. Antonio Cunha: Você está errada.

Coordenadora Helena Magozo: Cunha, por favor, conclua.

Cons. Antonio Cunha: É questão de política econômica, política econômica é que determina o nível de renda, o nível mínimo de renda que permite as pessoas fazer como nós fazemos. No bairro do Campo Belo, por exemplo, onde eu moro existem prédios com apartamentos de 1.000.000,00 de dólares, mas também existem aquelas casinhas, aqueles sobradinhos germinados, aquele típico dois dormitórios, sala, cozinha e banheiro, que seria o destinatário da classe mais pobre, agora um sobradinho ali nessas condições custa R\$ 250.000,00, uma sociedade onde na favela o nível de renda é de dois salários mínimos tem condições de comprar esse tipo de sobradinho? Não tem, nunca vai ter.

Cons. Alejandra: Não tem só duas classes na cidade.

Cons. Antonio Cunha: Um momento, deixa eu terminar, está se fazendo uma loucura, um absurdo, achar que política urbana vai fazer o que a política econômica não faz. Política econômica é que determina o nível de renda e o nível de renda é que determina a possibilidade do cidadão de qualquer classe morar aonde quiser, adquirindo o seu imóvel com base na sua capacidade de sustentação de pagamento desse imóvel. Um momentinho. Política econômica é renda, câmbio, comércio, salário, fiscal, tributária, é comércio exterior, investimento não tem nada a ver com questão urbanística. Há uns anos atrás, por exemplo, no governo de Fernando Henrique Cardoso o juros, a política de juros também incide, foram a 45%, 45% ao ano é uma "porrada", que me desculpem o termo, é dose cavalgar para uma depressão econômica, e a política urbana vai gerar empregos que a depressão tirou de onde? Nunca.

Coordenadora Helena Magozo: Não é isso que está sendo falado, mas tudo bem, concluiu Cunha?

Cons. Rita: Rita do Departamento de Licenciamento Ambiental, acho que em relação a questão da cidade compacta, eu acho que no momento da regulamentação poderia ser colocado seguindo os preceitos do Plano Diretor Estratégico da 13.430 que na verdade o que a Alejandra, os pontos que ela colocou da cidade compacta, vários elementos que ela colocou foram aqueles que na discussão e nos preceitos do Plano Diretor, a Nilza está aqui e pode confirmar isso, eles foram discutidos e estou com ele em casa, então eu acho que no momento da regulamentação dessa lei, ela pode se referir a ele, até porque ele é o instrumento maior da cidade. Em relação a lei de operações urbanas que a Lacreta está colocando, o que eu acho que é importante é rediscutir um pouco, ou discutir mais a questão dos perímetros, a abrangência das operações urbanas e como bem colocou a Nilza são legislações específicas, agora ficou uma questão que é a mais pertinente a minha pergunta que é no momento da apresentação da Lacreta ela colocou que operações urbanas e licenciamento ambiental exigências não atendidas e não ficou bem claro o que ela quis dizer com isso, do ponto de vista do departamento eu gostaria de poder ouvi-la.

Cons. Mauricio: Bom dia para todo mundo, hoje a reunião está polêmica, então eu vou pedir para buscar o bom senso. A primeira questão era formar um grupo de trabalho, eu não sou favorável a cidade adensar, a cidade adensada nada, explico depois por que. Formar um grupo de trabalho de como viabilizar a ocupação dos imóveis existentes, acho que a linha de pensamento seria um direito adquirido de existir aquelas edificações, até se tiverem em condições precárias que fosse mesmo aproveitamento do existente atualmente, como se fosse demolição e tudo. Esse grupo se for aprovado,



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

acho que existe um consenso, pessoas que podem estar antagônicas podem participar dele. Isto existe um consenso no aproveitamento do existente.

Coordenadora Helena Magozo: Os espaços, os imóveis ociosos, chamados ociosos.

Cons. Mauricio: Ociosos sim, porque hoje existe na Câmara tramitando o IPTU progressivo exponencial, isso vai fazer o que? Vai virar imóveis ociosos, vão virar o Edifício Mercúrio, pode ser aprovado e a irregularidade como na área de mananciais, eu conheci o senhor que fez a legislação de mananciais, ele se arrependeu, porque a ocupação era tão boa que foi inviável, então a pessoa já... que o filho dele atuando, eu estive, ele falou no Jardim Apurá, eu estive em uma desocupação, como ela falou, na Europa tira, eu estive em uma desocupação quando a PM estava lá com a tropa, o coronel perguntou: Tira ou não tira o pessoal? O pessoal morria, mas não saia da casa deles. Então ele tem que saber o que quer, é genocídio aquilo. Lamento sobre a cidade adensada, não é verticalizada, as pessoas confundem um pouco, eu lamento a questão da cidade adensada, porque São Paulo historicamente era uma cidade administrativa e industrial, então o sujeito morava em um alojamento, mesmo que chamasse alojamento, o alojamento sucedeu a senzala, o alojamento o que era? Era aquela vila operária, no Ipiranga, na Mooca, no Brás, nas vias férreas, pessoa morava ali, hoje impedir o trânsito é impossível, por que a característica de São Paulo é polo de serviços e não é um polo de serviços regional, São Paulo primeiro é maior do que o município, o polo de serviços de São Paulo é mundial, o mais importante está perto do aeroporto, a demanda de estrangeiros e pessoas que vieram para cá, está nessa região de Moema, tá perto do aeroporto, então a gente tem que considerar que as pessoas fazem vários deslocamentos, aquele sujeito que mora, fala de boca, ele não vai ficar, essa relação está equivocada de emprego e moradia e só uma questão para se discutir aqui, proponho há algumas das pessoas que trabalharam no Plano Diretor, que foi vigente, já que esse Plano Diretor parece que não há, o único consenso sobre ele é que todos são contra, a menos de quem trabalhou nele, eu acredito, onde ele pega de errado, ele foi colocado ignorando, ele foi feito olhando para o umbigo esse Plano Diretor...

Orador não identificado: Isso não foi não.

Cons. Mauricio: Dá licença eu vou colocar o que olhando para o umbigo, no sentido seguinte: O município, como eu coloquei a cidade mudou a atividade, os grandes empregos são serviços, a EMLASA não participou dele, as autoridades metropolitanas não participaram, então eu conheço perfeitamente quem fez o pré-plano e esse pré-plano o que era? Era um sistema de transporte sob pneus a diesel que o Badra comentou, a diesel que causa poluição no local, material particulado, não adianta a gente falar contra o aquecimento global se a gente está mandando particulado para cá. Então esse plano foi um sistema, houve um centro operacional aos moldes do metro, do sistema metroviário, na impossibilidade de fazer o sistema ferroviário pelo município, foi considerado o sistema sob pneus, movido a diesel, os corredores de ônibus são artérias do plano, eu proponho existe alguns vivos, eu trabalhei com isso a muitos anos, de analisarmos o plano diretor anterior e vê o desdobramento, não existe especulação imobiliária não, foi muito ordenada, o que houve foi omissão do poder público na implantação do sistema metroviário, que era municipal inclusive. Houve omissão do sistema público na implantação do sistema viário sobre automóveis, e óbvio que a cidade teve uma dinâmica maior, só peço um favor de não comparar com a Europa e com locais assim, pode comparar com a cidade do Cairo, com a Índia, com a China, aglomerações urbanas assim, é que as teses acadêmicas, ninguém quis ir para Índia fazer, quanto a parte social foi citado guetos e não é bem, não existem, a questão dos guetos, aí se coloca uma questão social, é uma questão de inclusão social ou não das coisas, hoje existe a Cracolândia eu posso prender o sujeito, é crime o porte de drogas, o consumo não, então tem toda uma dinâmica, quando deixou de ser crime foi incluído, quando você tem o morador de rua ele não é mendigo, não é vadiagem, então a sociedade começa a.... O deficiente



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

existe uma secretaria, você tem que incluir ou não? A sociedade quer pagar o preço de incluir ou não, então não são guetos e que se leve em conta os aspectos culturais, porque será que a pessoa que mora na periferia, em uma situação homogênea que não é de financeira, culturalmente homogênea ele quer se perder, se diluir? Isso tem que ser levado em conta. Só fica a proposta de tentar estudar o que veio prévio ao Plano Diretor e nisso posso ajudar, eu só quero ajudar só, tem gente que sabe muito mais e de criar esse grupo de trabalho com consenso. Muito obrigado.

Cons. Pedro: Bom, eu só queria pegar o gancho da questão que o Badra levantou, embora eu não tenha entendido por que a zona leste tem dificuldades adicionais na aprovação de qualquer empreendimentos.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Cons. Pedro: Na minha impressão particular a dificuldade de aprovação na zona leste é igual a dificuldade de aprovação no restante da cidade. Eu acho que a dificuldade é igual em toda a cidade e essa dificuldade é fruto de uma legislação extremamente complexa de aprovação de uso e ocupação do solo, as questões que você levantou em relação as escadas de segurança eu acho que são pertinentes e acho que as questões de segurança tem que ser atendidas mesmo em uma futura simplificação de legislação. Agora, pegando este gancho na verdade eu queria fazer reflexões nas leis que a sociedade cria que são leis complexas, elitista que servem para uma parte da cidade, nós podemos verificar que estamos falando de uma porcentagem pequena, que é a sociedade legal, que tem uma imensa maioria que está, a margem disso que não obedece qualquer tipo de legislação e quanto mais se sofisticar essa legislação menos ela será obedecida, ainda pegando esse gancho em relação a discussão da cidade compacta e da verticalização, eu acho que uma das coisas que se agregou nessa nova lei de uso e ocupação do solo e que é uma questão interessante é o resgate da limitação de gabarito que eu acho que a questão do gabarito é uma questão que qualquer cidadão identifica, então se fosse tem uma quadra que tem o gabarito de 25, você sabe perfeitamente quem tá na regra e quem tá fora, então eu acho que a gente tem que, olhar para essa questão de um modo talvez a tentar fazer um zoneamento e ter essa limitação em mais áreas da cidade, logicamente, pensando em características específicas de cada lugar, não que se vale limitar o gabarito em toda a cidade mas ter essas leituras fáceis, que inclusive ajudam que a lei seja cumprida.

Coordenadora Helena Magozo: Os inscritos já se pronunciaram. Lucila e Alejandra eu vou pedir para que elas façam um fechamento rápido para irmos para o encaminhamento.

Lucila Lacreta: Foram colocadas algumas coisas aqui importantíssimas. Em primeiro lugar: Toda a apresentação que a Nilza fez nós concordamos Nilza, eu acho que não tem nenhuma discrepância em relação a isso, só que essa intenção do Planejamento, a intenção da municipalidade ela não está traduzida na lei, não é uma política pública de domínio geral, veja só, esses investimentos na zona leste, o fato de diminuir viagens, é muito claro e o PL 671 que é revisão do Plano Diretor, ele não atende isso, ele é anacrônico, tanto que é anacrônico que não contempla todo esse rol de questões importantíssimas que nós estamos colocando agora, que nós pedimos para o prefeito retirar o PL 671 e refazê-lo atendendo as questões que se impõem nesse momento e que estão mais claras. Hoje a gente discute com mais propriedade essa questão da mudança climática, a questão do exagero das viagens, a questão da cidade compacta, porque é uma questão mais amadurecida, esse plano ele foi mudado em 2007, foi revisto antes e não contempla mesmo essas questões que estão agora aflorando e que a sociedade exige resposta, exige políticas públicas concretas e absolutamente claras, não estão sendo contempladas, inclusive eu vou pedir para a Ros Mari distribuir um abaixo assinado que 182 entidades de todo o espectro da sociedade paulistana, apresentou não só para o prefeito como também para os nossos legisladores colocando pontos fundamentais que gostaríamos de ver contemplados na revisão



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

do Plano Diretor e solicitando que ou a Câmara rejeite esse PL ou prefeito retire como uma medida de grandeza, como homem público que ele pretende ser na sua carreira política futura, para rever, porque tem que ser revisto, esse Plano Diretor não pode tratar só de uso e ocupação do solo como se fosse o único elemento da cidade, a ocupação do solo é importantíssimo porque é gerador de viagens, gerador de viagens causa todo esse problema imenso que nós estamos vivendo agora, poluição, enfim, o esgotamento do nosso sistema viário, esgotamento do nosso sistema de transporte. Outra coisa importante também é que tem que estar claro no plano diretor a política habitacional, atender essa camada como o Cunha falou, absolutamente excluída, que cidade é essa? Aumento do número de favelados, diminui o número de favelas, de ocupação do território por favelas, essas questões são 3 questões importantíssimas e que estão a exigir uma medida, as políticas públicas absolutamente coerentes, transparente e que nós tenhamos confiança de que elas serão implantadas, haja vista os escândalos recentes em questão ao financiamento de campanhas, não só do legislativo como do executivo, que causam extrema preocupação e temor na sociedade civil e organizada em relação ao que vai ser aprovado na Câmara Municipal, na forma que o projeto de lei 671 provavelmente ele vai ser aprovado do jeito que está, porque outros interesses dominam as decisões, infelizmente, do nosso executivo e do nosso legislativo. Em relação a pergunta da Rita, em que nós colocamos ali no slide Operações Urbanas exigências ambientais não atendidas, somente a partir de 2012 é que foi exigido o estudo de impacto ambiental das operações urbanas, então a operação urbana centro não teve estudo de impacto ambiental, Faria Lima também, Água Branca que é uma operação urbana no meu ponto de vista temerária, ela tem que ser revista imediatamente...

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Lucila Lacreta: Ela está tendo estudo, mas a lei que está em vigor, não teve estudo nenhum, a Jacu-Pêssego, que eu não sei se teve estudo, não teve que também é uma área importantíssima.

Coordenadora Helena Magozo: Teve pelo Estado, em que foi licenciada.

Lucila Lacreta: Operação urbana Jacu-Pêssego, Pêssego, Jacu Verde, Verde Jacu, e a única que foi operação urbana Água Espriada que foi a única que foi licenciada. Eu pergunto a Secretaria do Verde tem um setor de acompanhamento para ver se essa operação urbana Água Branca está sendo implantado o que foi definido no licenciamento? Essa questão que é muito importante inclusive teria que ser feito, apontados os requisitos publicamente, quais as questões a serem mitigadas no caso dos licenciamentos ambiental das operações urbanas, isso não está claro para a sociedade deveria ser feito um regulamento mínimo publicado de itens que tem que ser atendidos para aprovação da operação urbana, então licenciamento...

Cons. Rita: Todo e qualquer licenciamento ambiental, inclusive quando EIA é apresentado, vota-se aqui a licença prévia, dá-se as exigências ambientais e o departamento de controle ambiental é que faz o acompanhamento e monitoramento das exigências. Então isso é feito, o relatório é cobrado do empreendedor, a Divisão do DECONT acompanha esses empreendimentos, então cabe ao departamento esse monitoramento do acompanhamento das exigências de cada empreendimento. O empreendedor ele é oficiado a cada exigência a ser atendida, se não é atendida, então é um procedimento já inerente, não cabe um outro procedimento, é inerente ao próprio processo do licenciamento. O próprio Departamento, DECONT, atende e monitora as exigências.

Lucila Lacreta: É isso tem que ficar muito claro. Porque a operação urbana Água Espriada foi a primeira que foi licenciada e nós gostaríamos de saber se realmente a sua implantação tá cumprindo o que o licenciamento determinou, enfim, nós levantamos uma série de questões que precisam ser respondidas pelo governo e certamente o PL 671 da Revisão do Plano Diretor não contempla essas



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

respostas que queremos ver, e outra questão é que a sensação que se tem que nas últimas décadas o mercado mobiliário sozinho definiu o crescimento da cidade. E onde está o outro lado? O outro lado tem que se impor também e a governança ouvir as demandas da sociedade, por isso que nós pedimos que o PL 671 fosse retirado da Câmara para ser reformulado.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigado Lucila, a Alejandra precisa se retirar porque ela está com um compromisso, ela queria explicitar, responder algumas coisas antes.

Cons. Alejandra: Eu só queria fazer um esclarecimento em relação a essa primeira variável da cidade compacta que todo mundo fica de "cabelo em pé", que é a inclusão social a mescla de classes como eu falei, porque isso? Quando analisamos a distribuição da população na cidade, percebemos que onde se encontram os maiores adensamento é justamente naquelas regiões ambientalmente frágeis, sem ir muito longe, quando vamos a região entre represas, Billings e Guarapiranga, lá tem 1.500.000 de habitantes, se a cidade, se a população da cidade de São Paulo concorda com isso, aí nós teremos que daqui há 10 anos fugir daqui e ir para outro canto. Porque não vai ter mais como sustentar o reservatório da Guarapiranga com tamanha contingência populacional crescendo, se espalhando nessa região, se eu não equacionar alguma alternativa locacional para essa população que não seja de ir para dentro da cidade, eu estarei sendo incoerente. Na verdade, essa questão da inclusão social, da mistura de classe vem por essa questão, por uma leitura clara que quando você olha os distritos de Capela de Socorro, Parelheiros, M'Boi Mirim, você tem uma situação de desenvolvimento urbano, o município a região metropolitana de São Paulo, América Latina não pode sustentar essa forma de uso e ocupação mais, não pode, e como podemos fazer isso? Essa população tem que ir para algum lugar e que lugar é esse? Só pode ser para dentro da cidade, a não ser que mandemos para um outro planeta, mas aí também não vai falar. Se não falarmos em inclusão e mistura de classe nós vamos estar discutindo uma coisa hipocritamente, essa é a nossa realidade, nós vivemos em uma cidade que tem guetos sim, e isso está indo contra todos nós, se um sobradinho, como ele falou custa hoje 250.000,00, isso não tem sentido, daqui a pouco ninguém mais vai poder morar em uma cidade como esta, então é por aí essa questão da mistura de classe. E uma segunda questão que eu também gostaria de esclarecer, muita gente quando vai a estas metrópoles, como Madri, Buenos Aires, volta maravilhado, saímos a noite tem um monte de gente nas ruas com família, com crianças, porque as pessoas moram nesses locais, elas moram nesses locais, onde nós vamos visitar, qual a densidade do bairro norte da região da Recoleta, que todo mundo adora em Buenos Aires, 3.500 habitantes por hectare, em São Paulo 150, 200 habitantes por hectare, como pode 3.500? Madri, essa região de Madri que também tem essa densidade, então Nova Iorque, todo mundo sabe também, então essa é a essência da cidade, gente morando, trabalhando no mesmo local, nós estamos indo contra a essência da cidade, da forma que São Paulo está sendo viabilizada. Essa é minha observação.

Coordenadora Helena Magozo: A Nilza queria complementar alguma coisa. Nilza, peço para você ser rápida para irmos para o encaminhamento.

Nilza Toledo: A questão que foi colocada em relação, digamos assim, a não possibilidade que o colega comentou muito bem da SEHAB, é que não é só uma inviabilidade em relação a instalação de determinadas atividades, só na região leste, mas ela decorre de uma restrição que nós temos na zona de uso ZM, que é zona mista via local, porque no nosso zoneamento novo que está em vigor desde 2004 nós realmente introduzimos o conceito da zona mista, vinculado ao sistema viário e somente para zona mista, as demais zonas não tem essa vinculação, porque a zona mista ela é mais distribuída no território da cidade, então ela ficou regida pela condição do sistema viário e na via local ficou muito restrita, ela ficou sujeita a uma limitação de área construída de 250m², isso realmente inviabiliza muitos empreendimentos, muitas atividades na cidade como um todo, onde isso ocorre. Essa correção nós fizemos durante a discussão que estivemos junto com a população de 2005 a 2007, onde



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

apresentamos a lei de uso revista, inclusive retirando esse conceito antiquado, porque acreditamos que ele está mal colocado, no sentido de que houve uma mudança muito importante no conceito da lei de uso, ela distinguiu aquilo que é ocupação do solo nos planos regionais e tratou a localização, as condições da instalação da atividade na lei de uso. Isso fez com que no território em qualquer lotes se possa instalar determinadas atividades, era essa intenção da lei, e nesse sentido na época se colocou essa restrição que existia na lei anterior nós tínhamos comércio de âmbito local 250m, serviço de âmbito local 250m, na Z2 que era 50% do território da cidade, quando ele ultrapassava esse valor, ele imediatamente cai na outra classificação, que era o serviço diversificado, comércio diversificado, então essa condição não prevaleceu na lei atual, hoje, e ficou essa restrição bastante marcante no território, no município como um todo como o colega bem colocou de aprobe. Essa questão nós corrigimos e tiramos essa coluna e está no site, ela está disponível para quem quiser conhecer, por quê? Ela está legislada, ZM1 ela está contemplada no PR, está dito se ela só pode uma vez, ou uma vez e meia, ou duas vezes o que seja a área construída então a restrição da área construída está no PR e a questão da instalação estaria no uso, então essa foi uma modificação que fizemos. Eu gostaria apenas de colocar que realmente no Plano Direto o conceito da cidade compacta ela está presente no momento em que nós falamos no sistema de transporte, o conceito de cidade compacta eu gostaria de recomendar um livro para os senhores, se tiverem interesse, do Richard Rogers, Cidades para um pequeno planeta, muito interessante, onde esse arquiteto inglês, coloca de forma muito clara o conceito de cidade compacta. Então esta questão diz respeito a importância do transporte de massa na cidade. O secretário na última reunião, o Secretário Eduardo Jorge, comentou isso com muito clareza, a cidade compacta necessita de um transporte eficiente de massa, um transporte coletivo de alta capacidade, e por que ela necessita disso? Porque ela necessita criar unidades que se relacionam e se interconectam em cada uma dessas regiões da cidade e ela se aplica a qualquer cidade, é um conceito que se aplica em qualquer cidade, ela pode ser feita na China, ela pode ser feita na Índia, ela pode ser feita aqui, porque o importante é que tenhamos um bom sistema de transporte de massa, em torno desse sistema de transporte de massa nós podemos ter as AIUS, as áreas de intervenção onde aí nós podemos aumentar as áreas verdes, podemos criar espaços melhores de circulação do pedestre, aumentar a possibilidade do pedestre circular, termos moradia e atividade econômica neste território, e ao mesmo tempo servindo para outras unidades de vizinhança mais residenciais que podem se deslocar a pé, de bicicletas por estas regiões, então esse conceito tá muito claro no conceito das AIUS de transportes e é isso que eu gostaria de dizer aos senhores, que esse conceito cidade compacta é um conceito novo no urbanismo e que nós estamos tentando implementá-lo em São Paulo. A questão da outorga onerosa, só que muita gente pergunta, ela é pouco significativa dentro de São Paulo, nós temos uma produção anual segundo a SEHAB nós só burlamos os dados da SEHAB, anualmente 5.000.000 de m² que se incrementam em São Paulo, representa a outorga onerosa menos de 10% disso, então a outorga onerosa é pouco significativa do computo geral de todos os outros instrumentos o que nos vai dar melhores concessões seria concessão urbanística, concessão urbanística é elemento novo que nós estamos agora introduzindo na área central que é o primeiro projeto que estamos fazendo. Isso tudo eu gostaria só de esclarecer porque facilita o entendimento do que é uma cidade compacta, então ela necessita de transporte de massa, ela necessita que realmente que nessa região a gente possa ofertar unidades habitacionais para diversas faixas de renda, podemos diminuir a exigência de vagas de estacionamento uma vez que ela tem bastante acessibilidade para o transporte público, a exigência que hoje temos na nossa lei que é muito grande ela pode ser revista, então são questões que nós todos estamos estudando e isso faz parte do processo de planejamento, a cada momento nós estamos avaliando todas as leis que temos e como podemos corrigir, então é esse o momento, que estamos no momento, mas eu acho importante deixar traduzido a todos os senhores que ela não representa um problema para a cidade, mas que ela vem no sentido de trazer a possibilidade de você ter melhor desempenho no sistema de transporte, o que é um movimento pendular? Nós saímos de Itaquera e chegamos no centro da cidade e não há uma descida ou subida



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

em cada uma dessas estações, nós precisamos criar isso, isso que realmente faz com que o sistema de transporte seja mais eficiente, então para isso eu preciso criar núcleos de empregos e de residências, e de moradia nessas áreas para diversas faixas de renda, concordo com a Alejandra, porque nós podemos ofertar unidades menores nessas áreas, unidades para classe de renda média e assim por diante. Era só isso, eu só queria esclarecer o problema da cidade compacta. Muito Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada. Giovanni, você se inscreveu, eu gostaria de te fazer uma proposta, de fazermos o encaminhamento para a votação, porque as pessoas precisam ir embora e acaba o plenário se esvaziando, depois você faz a sua colocação. A proposta seria para que o José Carlos expusesse as dozes medidas propostas. A Ros Mari coloca qual que é a sua proposta de texto e avaliamos no plenário, votamos a modificação proposta ou a permanência do texto como está, já que não houve outras propostas de mudança na outra vez e eu estou considerando que isso permanece. Entendo que a única proposta que surgiu em relação à modificação foi o que o Defenda através da Ros Mari colocou. Vamos de novo contextualizar a proposta no relatório final da Comissão Especial para Formulação de 12 Ações Estratégicas para a Redução das Emissões Antrópicas e Melhora da Qualidade de Vida no Município de São Paulo.

José Carlos Andersen: Bom, bom dia a todos. Vamos tentar sucintamente colocar, o tempo está bastante adiantado, as propostas, por favor, vai rolando aí os slides até a parte das propostas que eu lerei novamente, por favor pode rodar os slides até o final? Então eu lerei rapidamente as 12 ações e depois vou complementar com a nossa proposta de tratamento do assunto. A primeira, regulamentar e fazer cumprir a lei 14.933 que institui a Política de Mudança de Clima do município, colocando que foi empossada agora a recentemente o comitê que vai tratar, vai ser o órgão gestor dessas mudanças do município, tornar a cidade mais verde, todas aquelas ações dentro do plano da agenda 20, agenda 2012 e da lei aquelas ações de plantio de 800 mil árvores, cem parques e toda aquelas questões, promover a gestão adequada dos resíduos sólidos também todas aquelas ações pertinentes aos ecopontos, reciclagens e coisas desses tipos. Reduzir as emissões de poluentes da atmosfera, uma série de ações sendo que a mais importante é a redução a meta aqui é de redução de 30% das emissões até 2012. Melhorar as condições de mobilidade urbana, então todas as questões de investimento em transporte, promover ações de economia sustentável, aquelas ações regulamentadoras de ocupação, desenvolvimento urbano, zona leste e depois tem em específico da zona leste também, incentivar a cultura da paz, a criação de Cades em todas as subprefeituras e outros movimentos em relação a procura do desenvolvimento com sentimento de paz. Aprimorar a infraestrutura urbana também uma série de obras e melhorias, para fazer e melhorar a questão da mobilidade da sensibilidade urbana. Priorizar as áreas estratégicas para criação de empregos e negócios o que já foi bastante discutido aqui também está inserido nesses dois programas, as duas últimas que não constam dentro desses dois instrumentos, da lei de mudanças climáticas e da agenda 2012, implantação do programa interinstitucional de (*inaudível*) orientação e controle de micro e pequenas empresas potencialmente poluidoras segundo metodologia proposta no relatório elaborado pelo grupo de trabalho do prefeito na saúde, relacionados a poluição do ar e ao clima instituído pela portaria intersecretarial 003/2008, isso é um trabalho muito importante coordenado pela secretaria da saúde, envolvendo várias secretarias que propõem uma nova metodologia que engloba essa questão e vimos que esse programa atende e com (*inaudível*) todas aquelas outras sugestões e ações que nós havíamos debatido e por último concluir e implantar a regulamentação ônibus fretado conforme o artigo 47 da lei das Mudanças Climáticas, essa questão da regulamentação de ônibus fretado foi tirado do texto da lei das Mudanças Climáticas e foi colocado para ser regulamentado pelo executivo, ela foi implantada, vocês acompanharam em jornais ou em ações que aconteceram e ela está para ser regulamentada. Então, só queria colocar para vocês uma postura para deliberação aqui do plenário, foi importante a participação na reunião anterior com as propostas da Ros Mari para enfocarmos como



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

nós vamos administrar as contribuições, as sugestões então, houve uma reunião extraordinária da comissão para justamente discutir como a gente vai tratar e como a gente vai encaminhar, então na verdade o que nós estamos propondo aqui, é um ato de ação de credibilidade nos mecanismos que nós temos, que foi instituído pela prefeitura. Nós acreditamos que são leis arrojadas, São Paulo está na vanguarda desse movimento a nível nacional, foi a primeira cidade a instituir a lei das Mudanças Climáticas e nós acreditamos que esse é um excelente instrumento para gente prosseguir a procura disso, quer dizer, nós também por aproveitar essa oportunidade de colocar essas ações dentro do contexto aí para aprovação foi que a gente nos nossos debates da nossa comissão, nós fizemos 10 reuniões isso durou vários meses de trabalho e as pessoas participantes colocara várias críticas, sugestões e no fim nós evoluímos para as pessoas reduzirem a amplitude de suas propostas, para que elas se encaixa-se dentro desse processo, então a nossa proposta é acreditar que nós temos uma legislação satisfatória para tratar essas questões e que nós vamos desenvolver um mecanismo de acompanhamento disto. E também, nós entendemos que o que consta, as metas, os itens, os indicadores de monitoração de acompanhamento não são estanque, não estão fechados, eles vão evoluindo também e isso vai se dar no processo de regulamentação da legislação e do tratamento em que cada secretaria responsável por cada um desses itens, então melhora dos indicadores, reavaliação de metas isso vai ser ao longo do processo de instituição desses mecanismo e nós estamos propondo um mecanismo de diálogo inicialmente do Cades com o Comitê de Mudanças Climáticas e com os determinadas secretarias e instituições do poder público para perseguimos, para acompanhá-los e fazermos isso. E nós acreditamos também que o ótimo é inimigo do bom, se nós quisermos abranger, esgotar todas as questões, por exemplo, no nosso relatório nós não tivemos a preocupação de esgotar todo o assunto de fazer uma coisa de vanguarda e sim apenas equacionar, dar uma configuração cenário na questão para depois encaminhar essas propostas. Então, se nós quisermos esgotar todas essas coisas vamos continuar patinando e em cada vez, em cada oportunidade incluindo novos itens, novas questões dentro desse negócio. Então nossa proposta seria acreditar nas instituições, nos mecanismos, nas legislações, nos sistemas que estão nascendo agora e perseguirmos e fazermos um sistema de acompanhamento, monitoração e divulgação dessas questões. E as medidas, as idéias, as sugestões que foram acontecendo, serão bem vindas, recebidas e serão tratadas dentro do contexto, dentro do momento. Com relação especificamente as sugestões da Ros Mari a comissão reuniu-se, decidiu elaborar ofícios encaminhando as instituições responsáveis por cada um dos assuntos colocados, por exemplo, a questão dos HPAs, os hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, dioxinas e furanos não são itens colocados na monitoração da CETESP, inclusive na comissão tem o representante da CETESP que é o Marcelo, e o Marcelo nos informou que este assunto está sendo estudado pela CETESP, eles vão fazer todo um processo agora de treinamento do pessoal, compra de equipamentos, avaliação disso tudo, monitoração para depois incluir esse indicadores dentro do processo de monitoração que a CETESP faz para perseguir os indicadores da questão, então nós redigimos um ofício a presidência da CETESP como se dará esse processo, a outras coisas também referentes das questões do Plano Diretor Estratégico do controle das Mudanças Climáticas e tal, são pertinente também propusemos isso, então eu gostaria de encaminhar a Ros Mari está ação que nós propusemos e mais uma vez reforçando a nossa posição, a nossa posição é ficarmos, aceitarmos primeiro a crença de que nós temos uma legislação, nós temos mecanismos satisfatório aceitáveis de controle das mudanças do clima na cidade, que esses indicadores serão aperfeiçoados, discutidos e avaliados futuramente e tal e que qualquer ou outra medida, sugestão, idéia e modismo que apareça nós vamos considerar e vamos estar encaminhando e acrescentando e tratando disso ou paralelamente ou dentro dos instrumentos, então essas duas coisas, nós sentimos que qualquer participação, qualquer sugestão é bem vinda mas ela pode descaracterizar essa proposta original, então se formos colocando complementos, colocações, outros dados não iremos fechar essa questão, nós fechamos isso agora e darmos continuidade a esse processo e tudo que for é sendo que a questão não se esgota aqui nessa comissão nós, inclusive, sugerimos que o desenvolvimento de debates e tal, os debates que



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

aconteceram aqui e as palestras que futuramente vão acontecer são justamente para elucidar para abrir, para enriquecer o nosso conhecimento com relação ao assunto. Era essa a nossa proposta. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Colocada a proposta do José Carlos, enquanto representante do grupo. Ros Mari eu pediria que você colocasse sua proposta.

Cons. Ros Mari: Bem, eu vou ser bastante objetiva. Eu acho que o conselho, o Cades, ele é um conselho que está se propondo a ter como um produto nessa discussão ter uma resolução, então obviamente eu não posso me reportar ao que já existe, o que já existe tá ótimo, faz parte da preposição do aparelho do Estado tem que ser cumprido, mas como vai sair uma resolução do Cades que eu mantenho a minha posição que é o exatamente o seguinte: No item que está ali colocado, o item que foi colocado por nós no documento entregue ao Secretário Eduardo Jorge, justamente porque o relatório foi colocado para avaliação do Cades, para que proposições fossem feitas, naquele item reduzir as emissões de poluentes na atmosfera isso é uma coisa óbvia, todo mundo concorda, não há quem discorde em nenhum lugar do planeta, mas nós podemos deixar isso de maneira genérica, nós temos poluentes de natureza cancerígena que hoje são medidos e que como resolução do conselho nós temos por obrigação de cidadania de pedir que se complemente, então a minha proposta é clara, reduzir as emissões de poluentes na atmosfera e contemplar o monitoramento de poluentes do tipo: HPA, dioxinas e furanos. Essa é a proposta clara. Segunda proposta que eu deixei bastante clara como item adicional, as mudanças climáticas resultantes de fatores planetários e locais tem exigido políticas públicas claras de adaptação, isso está sendo feito em todos os lugares do mundo e aí não é só Europa, é China, pobres e ricos, não vamos ficar nos preocupando com a referência do país, isso está sendo feito em todos os países do mundo, políticas de adaptação considerando que o produto, o resultado das Mudanças Climáticas que já estão ocorrendo muitos deles são irreversíveis e nós temos que nos adaptar, então a proposta foi clara, adição de um item sendo definir políticas públicas de adaptação da cidade as mudanças climáticas de natureza planetária e local, e por último finalizando o terceiro que foi sem sombra de dúvida o que hoje foi objeto do nosso debate e dos nossos esclarecimentos, a questão do uso e ocupação, nós não podemos ter uma resolução que passe ao largo de uma variável tão importante como essa, que vem sendo estudada no âmbito da questão de mudanças climáticas e poluição e a proposta era um item adicional, dizendo o seguinte: Planejar e controlar o uso e ocupação do espaço urbano de São Paulo, reduzindo o processo de verticalização mediante o estudo detalhado da capacidade de suporte ambiental da cidade. Então na verdade a nossa preposição foi a seguinte: Complementação de um item e adição de 3 outros itens, que no nosso entender são variáveis fundamentais em termos de uma futura definição de política urbana, política de mitigação e adaptação de mudanças climáticas e os seus resultantes poluição atmosférica e outros, na cidade de São Paulo. Era isso só o que eu tinha a comentar.

Coordenadora Helena Magozo: Vou fazer uma proposta mais geral: Quem é favorável a aprovação do relatório como foi apresentado pela comissão, levante a mão? Então eu vou repetir, quem é favorável a aprovação do relatório como foi apresentado pela Comissão Especial do Cades, levante a mão?

Cons. Sourak: Helena, eu proponho que você abra a palavra antes de fazer o encaminhamento de votação. Pode ser?

Coordenadora Helena Magozo: Pode ser então. Então está aberto para posição dos conselheiros. Sourak, Olga, Iara, Pedro. Vamos lá. Pode falar Sourak.



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Sourak: Na realidade é o seguinte, eu tenho algumas questões que eu acho importante enquanto conselheiro, ter clareza do objetivo da resolução. A resolução ela está colocada primeiro inicialmente na composição da comissão especial que teve o objetivo de formular 12 ações estratégicas para a redução das emissões antrópicas e melhoria da qualidade de vida...

Coordenadora Helena Magozo: Desculpa, eu tinha incluído e tinha aceito, que eram emissões antrópicas em relação a poluição do ar, porque o título está muito genérico, na última vez eu tinha focado na questão do que se fala na verdade é poluição do ar, então tinha sido acrescentado e havido a concordância sobre essa delimitação aqui.

Cons. Sourak: Então seria a redução da poluição do ar?

Coordenadora Helena Magozo: Do ar.

Cons. Sourak: Só isso?

Coordenadora Helena Magozo: É isso.

Cons. Sourak: Está legal.

Coordenadora Helena Magozo: É até uma diferença que temos na questão das mudanças climáticas, há uma relação, mas no caso, trata-se de diminuição, controle da poluição do ar.

Cons. Sourak: Então a coisa piora ainda, porque o texto inicialmente ele se refere a lei, a lei que é de política de mudança do clima, eu acho que está havendo uma contradição do ponto de vista de objetivo e da referência que se faz para cumprir esse objetivo. No que tange a proposta de minuta de resolução, aí vamos para questão de conteúdo e na questão da forma de apresentação desse conteúdo, temos que unificar a linguagem, hoje a questão de mudança climática ela está em cima de adaptação e mitigação, além disso, ela está tratando os setores de uma maneira específica, se nós queremos ações estratégicas nós precisamos identificar essas categorias, adaptação, mitigação e os setores, nós queremos essas ações para quais setores? Então esse equacionamento nós precisamos. Eu não queria aqui, eu valoro muito o trabalho da comissão eu acho que é valorativo, mas eu acho que devemos ter esse tipo de abordagem para que possamos cumprir esse ritual e saia de fato uma resolução do Cades com a linguagem que está se tratando hoje em termos de mudança climática, para mim, eu não sou favorável que se vote hoje essa resolução aqui porque ela está pouco clara em termos do que nós queremos enquanto ações estratégicas para, e aí nós temos que definir se é: Emissões Antrópicas e Melhora da Qualidade de Vida ou de Poluição do Ar. Porque eu acho que é uma questão que é preciso estar bem claro.

Cons. Yara: Bom dia a todos, o meu nome é Yara Toledo, S.O.S Manancial, conselheira. Gostaria de informar aqui para os conselheiros que a questão é de quase dois anos, temos um histórico aqui do relatório (inaudível) aonde se coloca todos os objetivos e também gostaria de lembrá-los que nós tivemos duas etapas, eu faço parte da comissão desde a primeira etapa, que não foi aprovada e que também foi passado aqui na mesa à todos os conselheiros para que se manifestassem a vontade de fazer parte dessa comissão, na primeira etapa, muitos se manifestaram e até assinaram e não compareceram, agora 2ª etapa, o mesmo quadro, dez reuniões e que se chegou a uma conclusão do relatório final, que entregue aqui para aprovação dessa resolução, mais uma vez para com que os conselheiros se manifestassem e não está sendo aprovada justamente porque conselheiros acharam interessante, assim como foi a colocação agora do Sourak, muitos dos que se manifestaram nas duas etapas, devem estar presente hoje aqui e agora manifestaram mais tempo para que seja aprovada a



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

resolução? Tivemos uma segunda etapa, tempo hábil para com que todos os conselheiros se manifestassem e fizessem parte da comissão, a Mary sempre convocando para essas reuniões, porque que esses conselheiros não fizeram parte da comissão com suas contribuições, louvo a Ros Mari pelas 4 proposições porém as 4 proposições com exceção de uma que já foi entregue aí em ofício, contemplam a comissão as 14 ações. Se nós formos verificar aqui, resolve artigo primeiro, estabelecer mecanismos e aí vai de acompanhamento regulamentar e fazer cumprir a lei 14.933 de 05 de junho de 2009 que institui a política de mudança do clima de São Paulo, regulamentar e fazer cumprir e depois mais as 12 ações sem contar com as considerações, então eu deixo aqui uma reflexão as vocês sobre a colocação dos Sourak e sobre o da Ros Mari, nós fizemos a entrega aí a única proposta que sabemos que é contribuição da CETESP que está em andamento, e que já está fazendo a solicitação. Então deixo aqui a minha palavra e a minha reflexão a vocês sobre a questão.

Cons. Olga: Bom, acho que é natural que aconteça essa coisa que eu vi acontecer hoje, eu como geógrafa inclusive eu sou do governo há 32 anos, eu fico muito feliz de ver a complexidade tendo vindo a tona, cabeças das pessoas e as pessoas amadurecendo a discussão, mas é natural, é natural também que a nós desejemos que a coisa se concretize, no meu entendimento, agora eu estou falando como Olga Maria, eu acho formidável essa inclusão da questão do uso do solo por conta dos estudos, por conta da questão da ilha de calor que eu tenho visto se falar muito pouco e que por através da contribuição, inclusive, da sociedade civil essa coisa veio a mesa, veio a tona, eu tenho lido bastante, eu trabalhei com Magda Lombardo, eu estou muito contente que essa variável da questão da ocupação está sendo pensado, inclusive, por uma questão muito importante que isso eu trago como uma certa contribuição aqui hoje, que eu acho que o que falamos muito na questão do mercado imobiliário eu queria saber o que é realmente o mercado imobiliário, eu queria saber exatamente o que é esse processo de verticalização e eu gostaria muito que fosse considerado essa coisa da nossa mancha urbana, que a gente chama muito, e que considerássemos o fator de densidade associado também a questão... Qual é a faixa de renda que ocupa a maior parte da cidade? Para podermos entender esses espraiamento que eu chamo do urbano extensivo e que onde cria grande ilhas de calor, como diz a Magda, na zona leste e que só poderão ser resolvidas com ilhas arbóreas e não graminha. A minha proposta é a seguinte: Eu acho que deveríamos realmente aprovar, eu aprovaria, votaria, inclusive respeitando o trabalho da comissão e gostaria que tivesse um dispositivo possível e que déssemos prosseguimento rapidamente ao amadurecimento dessa resolução, estar dando uma continuidade, até isso que vocês estão falando mesmo, e trazer isso para o conselho.

Cons. Pedro: Eu queria fazer uma observação, mas não encare como uma postergação da votação, é que eu não estou me sentindo, acho que eu deveria ter feito essa observação na reunião passada, mas não consegui e talvez o José Carlos pudesse esclarecer, nessas ações existem algumas ações genéricas e de intenção e existem outras muito específicas e estão agrupadas no mesmo barco, me zoa estranho, colocar o desenvolvimento econômico da zona leste que é uma coisa específica como uma ação ou a questão da regulamentação dos ônibus fretados quando você já tem uma ação que é a melhoria das condições da mobilidade urbana, mas uma questão formal, não sei se tem alguma razão de ser isso. É só essa observação.

Cons. Giovanni: Acho que primeiramente cabe ressaltar o esforço da comissão em fazer esse trabalho, que é de uma complexidade, que eu me considero não competente para fazer sugestões diretamente. O trabalho é de uma amplitude de uma responsabilidade de grande alcance, então eu não ficaria constrangido de aceitar as observações. Pelo o que eu estou observando, estou chegando posteriormente, eu não trabalhei então, de novo peço desculpas para fazer observações. A idéia que estou vendo aqui, são 12 ações, nós não estamos estabelecendo diretrizes, ações, então essa é a oportunidade que nós temos que colocar limites e objetivos, se nós estamos fazendo uma



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

apresentação de uma ação então ela é caracterizada por um limite numérico, por uma objetividade, por uma contundência, é isso que nós esperamos, não posturas a nível de diretrizes, acho que as diversas políticas, as diversas leis, estabelecer essas diretrizes, então a minha observação é que devemos nos manifestar de maneira um pouco mais, estabelecendo números, objetivos, o que entendemos da decodificação do problema, que deve ser alcançado, também entendo a dificuldade do grupo, eu não sei se há possibilidade, me desculpe, voltando falo por mim, eu não me sinto confortável, eu pessoalmente, de participar de um grupo para colocar esses dados, para propor essas ações que são itens objetivos, creio que talvez devêssemos nos assessorar, contratar trabalhos, contratar consultorias, contratar avaliações para que possamos dentro de um contexto claro, científico, dentro da legislação existente, propor essas ações se o documento se propõe a fazer ações, se o documento se propõe a fazer diretrizes falo que o trabalho é excelente, teve uma abrangência muito grande e tal. Bom, de qualquer forma quero parabenizar o grupo que se esforçou e tem se esforçado, no nosso objetivo comum que é ter uma cidade melhor.

Coordenadora Helena Magozo: Temos uma situação trazida pelos conselheiros hoje, que pondera sobre a oportunidade de votação do relatório. Os conselheiros estão se posicionando de forma que não se colocaram na reunião anterior, com exceção da Ros Mary, que já havia se posicionado. Entendo que possa ser um amadurecimento, não é demérito de ninguém, acho que temos que ser fiéis às convicções no momento da votação, às vezes uma não aceitação não é uma fraqueza do relatório, mas é um amadurecimento, no sentido da clareza das pessoas, do peso que essas questões têm na cidade, no planeta e no país. A Comissão é séria e fez a sua parte com competência. Vamos para a primeira colocação, quem é favorável a votação do relatório como está?

Orador não identificado: Você está perguntando se é favorável a votar o relatório.

Coordenadora Helena Magozo: Sim, num primeiro momento a votar o relatório. O Sourak primeiramente colocou a não conveniência de votar por incertezas e indefinições no texto. Outros conselheiros também se posicionaram no mesmo sentido, hoje.

Orador não identificado: Eu estou favorável a votação, mas com o esclarecimento como bem colocou o Giovanni, na questão do objetivo.

Orador não identificado: A votação ficou confusa agora.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Coordenadora Helena Magozo: A pergunta novamente, à luz do posicionamento dos conselheiros, hoje, é quem é favorável à votação do relatório, quem entende que o relatório tenha elementos para ser votado?

Orador não identificado: Para votar o relatório...

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Como está...

Orador não identificado: Sem acrescentar nada?

Coordenadora Helena Magozo: Num primeiro momento, se há elementos para votar, como proposto pela Comissão. Num segundo momento, vota-se no texto original ou com as alterações



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

propostas pela Ros Mari, que era nosso objetivo hoje. Outras questões foram acrescentadas hoje: se o que o texto cita é ação, diretriz, prioridade, estratégia, se estamos falando mesmo de poluição ou de aquecimento global, foram todas as questões que foram colocadas a posteriori, certo? Então é outro tipo de reflexão que isso desencadeia, eu entendo. Consta no texto: estabelecer mecanismos de acompanhamento e monitoramento, está geral, eu vou discriminar e vou propor medições para isso. Agora é uma outra questão, se uma resolução, comportaria uma resolução para essa finalidade. Pode ser entendido que o grupo não estaria entendendo que o trabalho se esgotava na elaboração do relatório ou que outra instância, até sugerimos na última reunião, o Comitê de Mudanças Climáticas, estabeleceria que ações seriam essas, que estratégias seriam essas. Então, a questão é a seguinte, vocês acham que a resolução poderia ser votado, partindo do relatório, como proposto ou com as modificações propostas pela Ros Mary. Essa é a questão. O debate foi importante e as observações não são absolutamente deméritos para a Comissão Especial. Na medida que fomos discutindo, outros elementos foram colocados. Eu queria que você também se colocasse José Carlos, por favor. E a Cristina também.

Cons. Cristina: Eu quero só dizer o seguinte, participar da comissão eu sei que eu também participo de uma comissão técnica o trabalho que dá e é louvável esse trabalho de todos os membros que participaram nessa resolução é tão louvável que até a questão está sendo discutida e novos pontos foram colocados, eu me sinto na minha posição aqui representando a OAB, até é prematuro, na posição agora é que seja votada essa resolução diante dos pontos colocados, porque a questão está bem genérica, situações novas foram colocadas e nós estamos trabalhando com algo muitíssimo importante, que afeta aqui o nosso município, já até coloco minha posição, meu voto hoje é de não votar, realmente, eu já deixo claro inclusive pelo horário e acho que abriu margem para que todos colaborem, inclusive, novas reuniões com técnicos aqui presente para que possam dar assessoramento e esclarecimento em referência a alguns pontos que estão surgindo divergência, como bem colocado pelo membro do Ministério do Meio Ambiente e as questões outras que foram abordadas aqui para complementar. É isso.

José Carlos Andersen: Bom, pessoal eu confesso que agora vocês me deram um nó na cabeça, não estou entendendo mais nada, bom eu vou, recolocar a mesa, as questões que nós passamos meses debatendo, a questão se é ação, se é diretriz, se é metas, se é programas, a ordem como foi, porque 12 e não 10? E não 20? Chegamos até em uma frase que a quantidade de escolha de ações e tal, por exemplo, aquela frase popular, as 10 maravilhas do mundo são 5, cachaça e mulher, então tem coisas que nós estávamos com dificuldade mesmo de colocar, primeiro, o processo nosso é de consenso e de participação intensa dos integrantes, cada um trazendo as suas preocupações, sua colocação então é um processo que tem andamento, outra coisa, o que nortearia essa segunda etapa do nosso programa, principalmente, foi o próprio questionamento do secretário na primeira apresentação, que estava conforme você colocou, você está retomando a memória daquela época, que era a questão da redução das emissões para a melhoria da qualidade do ar, era o título original, o secretário questionou com as ações que algumas delas estava voltada para a questão dos componentes do ar, outra para questão do efeito estufa, cada tipo de missão tem um efeito preponderante, nós retomamos a segunda parte do nosso processo com essa questão, debatemos, inclusive, convidamos o professor Paulo Saldiva para participar de uma reunião da comissão e ele bagunçou mais ainda a nossa cabeça, ele falou olha: Para mim pouco importa, se é efeito estufa, se é qualidade do ar, se é o que. Ele falou: Melhorando, reduzindo a emissão, você melhora a qualidade, a saúde, você melhora o efeito estufa, melhora tudo, então o que interessa é melhorar a qualidade de vida, nós nos inspiramos nessa frase dele e mudamos, então eu estou aberto eu acho que a gente não tem condição de votar porque cada cabeça tá uma sentença, eu adoraria que a nossa comissão passasse para ser o plenário geral, porque sabe cada hora aparece um negócio.



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Coordenadora Helena Magozo: Acompanhando também a Comissão Especial, pelos relatos que eu tenho, a Comissão como está constituída, chegou no limite das possibilidades. Qualquer outro avanço vai necessitar de outras contribuições porque realmente é um tempo longo e precisa-se de mais conselheiros envolvidos para podermos avançar e temos certo esgotamento na contribuição do grupo atual, que se esforçou até o limite. Então, também a continuidade da comissão vai depender claramente da disposição de outras pessoas estarem fazendo parte do processo e também é um ônus para comissão. Voltando, quem nesse momento tem convicção para votar o relatório? Essa que é a questão. Quem tem convicção para votar o relatório, levante a mão?

Cons. Badra: O Helena posso fazer uma sugestão aqui?

Coordenadora Helena Magozo: Pode.

Cons. Badra: Acho que dado a grande contribuição de todo mundo e com todo respeito ao José Carlos e a nossa colega, eu pediria a suspensão para amadurecermos porque eu acho que é o seguinte, vai enriquecer o trabalho deles, o item que eu já falei aqui: promover o desenvolvimento econômico da zona leste, tá muito, eu já sei o que precisa fazer para destravar a zona leste, que tal a gente pegar e pontuar o que tem que ser feito.

Coordenadora Helena Magozo: Badra, defina o mecanismo como vamos fazer isso, para que não fique no ar.

Cons. Badra: Não, não.

Coordenadora Helena Magozo: Se não tivermos sugestões objetivas, nada vai acontecer.

Cons. Badra: Não, eu acho o seguinte, cada um vai dar a sua contribuição.

Coordenadora Helena Magozo: Como?

Cons. Badra: Já estou falando aqui para você, eu me proponho, por exemplo, nesse tópico: Promover o desenvolvimento da zona leste, vou escrever e vou mandar e-mail para vocês.

Coordenadora Helena Magozo: Então o encaminhamento é que essas diretrizes sejam traduzidas em ações. Ros Mary.

Cons. Ros Mary: Eu só queria dizer o seguinte, eu concordo com o Badra e eu acho o seguinte, como qualquer trabalho científico e técnico toda contribuição que venha no sentido de aperfeiçoar, de fazer com que nós entendamos melhor fenômeno com o qual estamos trabalhando é bem vindo, e eu vou dar um exemplo, diretrizes genéricas como estão colocadas aqui, isso não significa que está se desrespeitando grupo ou quem fez o trabalho, até porque já estive em grupo em que fiz trabalho e não foram aprovados. A gente é sempre minoria quando tem votação, se fosse assim não estávamos nem mais aqui. Então veja, o que eu estou querendo dizer, quando você pega, por exemplo, a questão de reduzir a emissão dos poluentes na atmosfera, isso é uma diretriz que todo mundo no planeta concorda, não há nada, não há ninguém que discorde disso, seja de direita ou de esquerda, católico ... Todo mundo concorda. Porém o que ocorre, hoje esse controle está sendo feito aqui na cidade de São Paulo e tem três poluentes cancerígenos que está mais do que provado pela ciência, não sou eu que estou falando, não é a sociedade civil, que está sendo provado pela ciência que é extremamente perigoso e que tem que ser levado em conta em questão da sua atividade carcinogênica, dioxinas, furanos e os HPAs e isso já está sendo medido em vários lugares do mundo, o que eu entendo quando



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

eu faço essa leitura, eu entendo o seguinte, tem uma diretriz que é reduzir os poluentes na atmosfera, ok, todo mundo concorda, hoje o órgão de controle que faz isso na nossa cidade está controlando até certo limite, ok, e o que o Cades quanto conselho pode fazer de produtivo, que avance, que dê um up, que dê um salto de qualidade é chegar e dizer o seguinte, senhores do aparelho de estado, seja quem for o responsável, além do que já está sendo controlado, seja em nível municipal, estadual ou municipal, não sei qual, além do que já está sendo controlado os senhores tem que começar obrigatoriamente a pensar em curto prazo e controlar esses outros poluentes, que são altamente comprometedores da qualidade de vida e da saúde humana e no que entendo que é isso, é uma preposição de uma ação que pode ou não se acatada pelo aparelho do estado, quer federal ou estadual, ou municipal, mas que o conselho propôs então (*inaudível*) quando fazemos preposição de ações é coisas que vão além do aparelho do estado, já o faz e o faz bem, ou mal ou depende da avaliação do estado, já o faz, nós temos que ir um pouquinho além, óbvio que com toda a humildade que temos todos nós, eu poderia ter ido muito além disso eu tentei procurar eu fui na USP, eu fui ver quais são os poluentes que o mundo controla e nós não estamos controlando, poderia ter ido além, nós não conseguimos, porque nós não fazemos isso no nosso dia-a-dia de trabalho, mas enfim, eu acho que isso tem que ser feito e eu peço aos colegas da comissão que ponderem isso, porque eu acho que ficaria muito ruim para todos nós do Cades, sair com uma resolução que coloca diretrizes que já são denominador comum para todo o mundo, é importante, eu não quero usar a expressão vai cair na vala comum, não é isso que eu estou querendo dizer, e em outras palavras, são coisas que todo mundo concorda e então eu pediria que nós refletíssemos, eu não estou nem jogando uma proposta quanto a outra, não é isso, mas que nós refletíssemos no sentido de avançarmos essa nossa reflexão em relação ao conteúdo do documento, indo e propondo coisas além daquelas que eu propus que com certeza tem, eu não consegui estudar isso até a exaustão, consultando colegas da academia, consultando eventualmente quem tenha desenvolvido trabalhos nessa área, o que de novo, o que de inovador nós podemos acrescentar ao que já está sendo feito bem pelo aparelho do estado, então essa foi a minha preocupação. Agora, achar que nós vamos ficar votando Helena isso contra aquilo, acho que não é essa a idéia.

Coordenadora Helena Magozo: Não.

Cons. Ros Mari: Eu não estou falando de você, estou falando para que nós façamos uma reflexão no sentido de que o futuro documento que venha a sair, saia realmente com um *plus*, com um a mais de contribuição é isso que eu acho.

Coordenadora Helena Magozo: Ros Mari, eu só queria acrescentar uma coisa, uma questão importante que você colocou de outros elementos, por exemplo, que não são controlados e que deveriam ser controlados, mas uma coisa importante é que eu acho que na verdade a resolução acabou apontando para uma concretude maior, que seria esse estabelecimento de mecanismo, como se fosse uma resolução que apontava para um grupo que teria que continuar para estabelecer esses mecanismos e aí ficou essa sensação de não ter muita clareza. É verdade que para algumas ações existe uma regulamentação. Outros procedimentos de acompanhamento precisam ser estabelecidos, sistematizados.

Cons. Ros Mari: Eu sei Helena, mas veja isso não é função do nosso conselho, é o caso de área contaminada, a CETESP define qual é e define os procedimentos para medir essa contaminação, não somos nós que vamos ver, não temos nem capacidade técnica para isso, podemos ver ao final da linha é o previsto versus o realizado, será que realmente, todos os procedimentos foram bem empregados, eu vou ter um produto que eu vou poder avaliar em relação aquele previsto. Então eu acho Helena, que não compete a nós definir procedimentos, isso tem que ter obrigatoriamente, eu acho o que nós podemos fazer, é dentro da nossa limitação intelectual de tempo mesmo, que nós temos no conselho,



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

o que nós podemos agregar a mais em relação aquilo que já existe, seja 1 ponto, 2, ou três, paciência, não somos onipotentes, onipresentes e oniscientes, mas alguma coisinha a mais nós temos que oferecer. Badra, por exemplo, vou te dar um exemplo, promover o desenvolvimento econômico da zona leste, deixa eu te falar, dependendo da proposição que se faça isso pode inclusive contra a própria preocupação coma limitação climática, então você entendeu, nós precisamos tomar cuidado com isso, porque palavras assim jogadas ao vento pode virar um bumerangue contra nós próprios, então eu acho que essa reflexão deveria ser feita, e a gente avançar nesse conhecimento, não arquivar o assunto para que voltemos a discutir isso depois, era a minha proposta.

Coordenadora Helena Magozo: Tem duas pessoas que precisam sair, vamos para... Eu acho quem é favorável a suspensão nesse momento de processo de deliberação? Só que depois em uma próxima reunião teremos que discutir os encaminhamentos, porque essa conversa não vai ser o suficiente para concretizar, um prosseguimento do documento. Pois não, Rita.

Cons. Rita: Eu acho que o que a Helena falou de suspensão, coloque como suspensão, mas com objetivo claro porque senão...

Orador não identificado: Exatamente Helena.

Cons. Rita: O negócio vai patinar, suspender e vai suspender. Suspender mas que aqui fique qual é o objetivo, é ação é diretriz? É isso ou aquilo? Porque senão...

Orador não identificado: Helena eu ia colocar uma proposta que se marcasse já a data de votação e reuniões do grupo de trabalho, porque o grupo de trabalho pode se desfazer, esgotar, então vê se o grupo concorda, quem vai colaborar, o grupo concorda, as datas de reunião definida por você, pode definida não precisa ser em conselho e a data para postergar...

Coordenadora Helena Magozo: A proposta que eu entendi foi a seguinte, a proposta é que se chegue a um objetivo fique claro, quais são as ações que serão medidas e coerentes...

Oradores não identificados: Não... Não...

Cons. Rita: Na verdade assim, o objetivo que eu estou querendo dizer, que se essa comissão está, se esse objeto da discussão é ação? Se o objeto da discussão são diretrizes? Ou se os objetos são detalhamentos? Porque se o Badra for colocar, por exemplo, a questão de ele trazer detalhado do desenvolvimento da zona leste e cada um assim por diante, já não são mais ações estratégicas, então o que tem que ficar claro e que eu acho assim que a comissão para ajudar, pelo menos a contribuir é deixar claro qual é o objetivo do documento. Então essa é uma pergunta submetida a comissão.

Cons. Sourak: A pergunta que nós temos que fazer é a seguinte: Quais são as limitações do Cades em relação a definir ações, metas ou diretrizes eu acho que essa que é a questão porque, se nós não temos condição de definir a ações para alguém executar, então não façamos isso, não vamos nos expor dessa maneira, porque vai ser letra morta, a gente tem que dentro das nossas limitações enquanto conselho do meio ambiente do município é fazer de repente a gestão desse problema, e fazer gestão é, sugerir articulação com os membros do estado que compõem essa questão, essas coisas assim que eu acho que com uma reunião, ou mesmo a definição por parte da mesa em relação a essas limitações do Cades, em relação a definir ações, metas ou diretrizes, eu acho que soluciona e abre uma visão, para que a comissão ela delimite esses espaços em termo de objetivos.



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Yara: A Comissão Especial, como constituída hoje, não tem sentido continuar, pois esgotou suas contribuições. A Mary teve a maior dificuldade na obtenção de quorum, na segunda etapa, em mais de 1 ano de trabalho e foram poucos os manifestantes contra a aprovação da 1ª etapa que participaram da 2ª para dar contribuições. Só proporia continuidade, se outros conselheiros fizerem parte dessa comissão.

Cons. Giovanni: Veja, uma observação, eu acho que a comissão não deve ser desfeita, não deve. Ela tem uma contribuição importante que eu acho que podemos aprimorar e melhorar, eu tenho essa expectativa, talvez pudéssemos mudar um pouco a estratégia de trabalho, provisoriamente nós não temos pressa, é claro que nós temos um sentido de urgência, no meu entender de contribuir para essa Comissão de Política e Mudanças Climáticas para que isso se transforme em fatos não só em idéias, então eu tenho esse sentido de urgência, também tenho sentido de preocupação de fazermos propostas, muito objetivas e muito sólidas mesmo que sejam propostas ousadas, para que essa comissão de Política e Mudanças Climáticas possa avaliar e tentar absorver, talvez pudesse mudar a metodologia, hoje tem a internet, tem o e-mail e tal. As diretrizes estão dadas aqui o que a Comissão entendeu como diretrizes, como de grande preocupação talvez cada um aqui trabalha em uma secretaria, tem a sua especialidade a gente não pode opinar em todas, mas pode opinar nas específicas, no qual for o nosso melhor conhecimento, assim o Badra, assim a infra-estrutura, a Dirce, eu tenho algumas contribuições, principalmente, o colega lá da SPTRANS e assim vamos, então eu acho que a poderíamos, as reuniões são difíceis porque todo mundo tem uma agenda pesada, se comprometer e ter uma estratégia de solicitação e debate via e-mail, via outras ferramentas sociais, hoje nós temos o twitter, podemos nos comunicar, criar um grupo permanente intercomunicado com administração, com gerenciamento de quem está e até a próxima reunião tentarmos fazer um conjunto de sugestões objetivas e isso será consolidado e apresentado para os responsáveis do grupo, para o coordenador do grupo, na próxima para ver que estágio estamos, quer dizer, então agora ampliamos o número do grupo de uma maneira mais colaborativa, não isolando, uma coisa nesse sentido.

Coordenadora Helena Magozo: Vamos suspender os trabalhos da Comissão e esperar o que resulta da contribuição dos conselheiros. Mandem essas contribuições em termos de ação, mandem essas contribuições, faremos uma proposta de encaminhamento, diante do que chegar e diante das competências do Cades. Não poderemos tratar disso na próxima reunião, pois prevemos, como pauta exclusiva, um assunto complexo, o Aeroporto de Congonhas. Encaminhem as sugestões porque eu quero testar um pouco isso gente, que esses encaminhamentos realmente aconteçam, pois a minha percepção é que não funcionam, mas aguardo, avaliamos o que for enviado e traremos uma proposta de encaminhamento para o grupo.

Orador não identificado: Só um segundo Helena.

Coordenadora Helena Magozo: Não teremos votação.

Orador não identificado: Helena uma questão de ordem, só. Os senhores me desculpem, mas eu estou ouvindo, prestando a atenção no que todos estão falando. Olha, já começa com uma coisa que eu não concordo, não existe ação estratégica, ação é tática, estratégia não é uma ação, começa por aí.

Coordenadora Helena Magozo: Estratégia leva a tática.

Orador não identificado: Não, a ação é tática, a estratégia é um planejamento não é uma ação.

Coordenadora Helena Magozo: É ação Estratégica.



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Orador não identificado: Não é. Não adianta, nós estamos discutindo coisas. Se eu estou discutindo metas de indicadores, eu estou falando de ações efetivamente, se eu estou discutindo que não vão ter indicadores é um planejamento.

Coordenadora Helena Magozo: Já discutimos bastante. É mais um elemento para suspensão da discussão.

Cons. José Carlos: Helena deixa eu só colocar uma questão de ordem para também tentar entender as colocações, o que o Sourak falou e o que o Marco Antonio também, eu acho interessante nesse momento, porque o que você falou também Helena talvez seja para um segundo momento. O que eu estou carecendo e acho que os outros componentes da comissão também, bem é o que nós queremos agora, quais as limitações do Cades? Podemos fazer ações estratégicas? É ação estratégica, é diretriz, é meta, qual é o entendimento? O objeto? E o que fazer, com ele? Nós tivemos essa preocupação, qual o limite do Cades? O que nós podemos fazer, podemos cobrar e exigir? Então a nossa proposta era aproveitar o que já existe, o que já está assumido pelo poder público e acompanhar, monitorar coisas mensuráveis, monitoráveis e tal evocar que é uma meta do Cades. Então fazer um elo de ligação, agora com o comitê das mudanças climáticas, que é o órgão gestor dessas coisas todas e fazer esse elo de comunicação e acompanhar e divulgar o que está acontecendo e o que não está acontecendo, então nós tentamos simplificar, a gente já debateu toda essa questão, e agora se a mesa, se o grupo tá entendendo que quer revisar tudo isso, então antes de qualquer retomada precisamos ver o que nós queremos, o que é isso? Para que nós vamos fazer isso? Então são ações, são metas, são diretrizes, para que quantas são? E o que se vai fazer com isso? E quando? Entendeu? Então, para retomada senão olha, a gente vai repetir, vamos fazer uma coletânea de excelentes questões, excelentes sugestões, mas a gente não vai saber o que fazer com elas. Nós passamos meses e meses levantando um monte de coisa e agora que nós fazemos? Em paralelamente foram acontecendo essas, apareceu a agenda 2012, apareceu a lei de Mudanças Climáticas, que no primeiro texto era aprovação, ela foi aprovada, agora é regulamentação e fazer cumprir daqui a pouco ela está regulamentada, então tem um tempo também.

Coordenadora Helena Magozo: Olha, José Carlos, eu acho que no momento, nós não temos a condição de votação, eu acho que a questão é importante, eu me disponho a buscar elementos junto a comissão de Mudanças Climáticas para integrar com essa questão das competências do Cades. Temos elementos novos e trarei um posicionamento. Informo a Comissão, integro com as funções do Cades e vamos ver o que podemos propor. Obrigado.

Helena Maria de Campos Magozo

Coordenadora Geral
Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES



ATA DA 118ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Conselheiros Presentes:

ALEJANDRA MARIA DEVECCHI
ANDREA DE OLIVEIRA TOURINHO
ANTONIO CUNHA DO N. HEITOR
ARNALDO PEREIRA DA SILVA
BENEDITA T. ROSA DE OLIVEIRA
DIRCE CARREGÃ BALZAN
GIOVANNI PALERMO
JORGE JAMAL AYAD BADRA
JOSÉ CARLOS ANDERSEN
MARCO ANTONIO BARBIERI
MARCOS MOLITERNO

MARIA CRISTINA DE O. REALI ESPOSITO
MARIA REGINA BRAGA LAGONEGRO
MAURÍCIO GUILHERME SIMÃO
OLGA MARIA SOARES E GROSS
PEDRO LUIZ FERREIRA DA FONSECA
RITA DE CÁSSIA OGERA
RODRIGO BORDALO RODRIGUES
ROS MARI ZENHA
SOURAK ARANHA BORRALHO
VILMA CLARICE GERALDI
YARA TOLEDO

Conselheiros com justificativa de ausência:

CLAUDIO DE CAMPOS / FERNANDA FALBO BANDEIRA DE MELLO / LADY VIRGINIA TRADI MENESES / VERA LÚCIA ANACLERO CARDOSO ALEGRO / WAGNER TAVEIRA DA SILVA

Conselheiros Suplentes presentes:

ASUNCIÓN BLANCO / EDUARDO DELLA MANNA

Coordenadora Geral:

HELENA MARIA DE CAMPOS MAGOZO